

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais  
Período de Análise: dezembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico Biodiesel Br  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital  
Biodiesel Br

## Índice

Pobreza e indigência caem em 2010 na América Latina, diz Cepal – Folha de São Paulo – Mercado – 01/12/2010.....	4
A importância em debater o desenvolvimento – Paulo Daniel – Carta Capital – 02/12/2010.....	4
Inclusão social e conservação ambiental - WAGNER COSTA RIBEIRO – Folha de São Paulo – Opinião – 02/12/2010.....	6
PT nordestino deverá gerir Bolsa Família - Maria Lima e Luiza Damé – O Globo – O País – 02/12/2010.....	7
Investimentos para o acesso à água no Semiárido serão ampliados – Sítio Eletrônico do MDS - 2/12/2010.....	8
Países se unem contra desigualdades sociais e a favor do combate à pobreza – Sítio eletrônico do MDS – 02/12/2010.....	9
Classe média na AL segue vulnerável, diz OCDE – O Globo – Economia – 06/12/2010.....	11
Presidente Lula lança nova versão do Cadastro Único em evento do Bolsa Família – Sítio eletrônico do MDS - 06/12/2010.....	11
Fundo da pobreza pode custar R\$19,5 bilhões – Natanael Damasceno - O Globo – Rio – 07/12/2010.....	13
Presidente Lula: resultado do Bolsa Família é o acerto da nossa teimosia – Sítio Eletrônico do MDS - 08/12/2010.....	14
Mais corporações no campo, mais pobreza e dependência dos agricultores – Sítio Eletrônico do MST – 08/12/2010.....	15
América Latina e as políticas de combate à desigualdade – Ladislau Dowbor – Carta Capital – 09/12/2010.....	17
Brasil cresceu na era Lula menos que emergentes e AL – O Globo – Capa – 10/12/2010.....	20
País ainda está atrás de Bric e América Latina - Martha Beck e Cássia Almeida – O Globo – Economia – 10/12/2010.....	21
Cidades médias na dianteira - Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 11/12/2010..	21
41% das famílias serão classe média – Carolina Matos – Folha de São Paulo – Mercado – 12/12/2010.....	23
Falta de escolaridade marca "nova pobreza" – Carolina Matos – Folha de São Paulo – Mercado – 12/12/2010.....	23
Modernização será prioridade na Agricultura – Sítio Eletrônico do MAPA – 12/11/2010.....	24
Avanço na agricultura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 13/12/2010 ....	26

Bolsa Família ajuda, mas distorce sistema político, diz d. Odilo – Hélio Schwartzman – Folha de São Paulo – Poder – 13/12/2010.....	28
Brasil quer ampliar investimentos no agronegócio – Sítio Eletrônico do MAPA – 13/12/2010.....	29
Áreas rurais concentram 75% da pobreza mundial – Sítio Eletrônico do MST – 16/12/2010.....	30
Quanto custa acabar com a pobreza? - ANDREA GOUVÊA VIEIRA – O Globo – Opinião – 17/12/2010.....	32
Amazônia vai gerar 30% da hidroenergia - Josette Goulart – Valor Econômico – Capa – 20/12/2010.....	33
Pobreza mantém Amazônia distante do país - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010.....	34
Apesar de saúde muito precária, população indígena cresce – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010.....	37
Crédito do BNDES custa R\$21 bi ao País – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia – 21/12/2010.....	38
Proposta de Orçamento reserva R\$ 1 bilhão para o Bolsa Família – Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo – Poder – 21/12/2010.....	39
Hora de o Bolsa Família evoluir – O Globo – Opinião – 29/12/2010.....	39
Bolsa Família atinge 100% das famílias com direito ao benefício – Sítio Eletrônico do MDS - 30/12/2010.....	40
MDS e BNDES acertam parceria para investimento em projetos de inclusão produtiva – Sítio eletrônico do MDS – 31/12/2010.....	44

**Pobreza e indigência caem em 2010 na América Latina, diz Cepal** – Folha de São Paulo – Mercado – 01/12/2010

**DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS** - A incidência de pobreza e indigência cairá na região da América Latina e Caribe em 2010 em relação ao ano passado, relatou ontem a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). De acordo com a comissão, a queda ocorreu porque houve "forte recuperação econômica na região" após a crise financeira mundial. "Pela primeira vez na história, a América Latina consegue reduzir a pobreza imediatamente após uma crise econômica como a de 2008 e 2009", disse Alicia Barcena, secretária-executiva da Cepal, durante a apresentação do Panorama Social da América Latina. Segundo o relatório, 32,1% dos latino-americanos vivem na pobreza, e 12,9%, na extrema pobreza -o que representa 180 milhões de pessoas, mesmo nível de antes da crise, em 2008. Em 2009, entretanto, ano em que a turbulência global se intensificou, a pobreza havia atingido 33,1% da população, e a indigência, 13,3%. Segundo a comissão, desde 2002 os países latino-americanos conseguiram tirar 41 milhões de pessoas da pobreza, melhorando a distribuição de renda. Os maiores destaques foram Argentina, Venezuela e Peru, que reduziram a pobreza entre 20% e 30%. A queda foi de cerca de 10% no Brasil, Chile, Equador e Panamá. "Há uma tendência geral de redução da pobreza, com exceção da Costa Rica", afirmou Barcena.

**A importância em debater o desenvolvimento** – Paulo Daniel – Carta Capital – 02/12/2010

Entre os dias 24 e 26 de novembro o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) realizou a 1ª Conferência do desenvolvimento (CODE) com o intuito de disseminar suas pesquisas e ampliar o debate com a sociedade.

Nos dias 6 e 7 de dezembro a Revista *CartaCapital* também promoverá um seminário sobre os desafios do desenvolvimento.

Por que discutir e debater o desenvolvimento brasileiro? Primeiro, é importante destacar que não é somente papel dos economistas a discussão desse tema e muito menos algo exclusivo da academia.

Como nos lembra Celso Furtado, “nunca é demais repetir e insistir que o desenvolvimento se faz para o homem”, portanto, o ponto de partida para um projeto de desenvolvimento, como ele enfatizava, não deve ser a taxa de investimento ou a dimensão do mercado, “mas sim o horizonte de aspirações da coletividade”.

Neste sentido, desenvolvimento é mais do que um projeto econômico, é um projeto social que deve ser apropriado pela sociedade e transformar-se em um

movimento político envolvendo os mais amplos, variados e representativos setores da sociedade.

Pensar, discutir e debater desenvolvimento não é detalhar um plano de governo, com demandas setoriais e imediatas, mas sim, construir estratégias, procedimentos e regras contínuas de ampliação, universalização e coordenação do conjunto das políticas públicas.

Debater o desenvolvimento quer dizer; possuir uma política de inserção internacional soberana, executar políticas macroeconômicas para o desenvolvimento, fortalecer o Estado e as instituições democráticas, desenvolver estruturas tecnoprodutivas integradas e regionalmente articuladas, ampliar e desenvolver a infraestrutura econômica social e urbana, universalizar a proteção social, garantindo direitos e gerando oportunidades e, por fim, executar todo esse arcabouço, sempre com o norte da sustentabilidade ambiental.

O Brasil do século XXI tem pressa, não podemos mais viver com a herança do subdesenvolvimento, um exemplo disso, de cada grupo de dez brasileiros, um é analfabeto, contingente em sua maior parte constituído por pessoas de 50 anos ou mais de idade e de cor não-branca. Sem tocar ainda na complexidade do atual analfabetismo funcional, que faz ceifar o acesso às oportunidades de maior ascensão social possibilitado pelo crescimento da economia nacional.

É fato que os últimos oito anos de governo Lula no que diz respeito ao aspecto econômico ampliou os investimentos na produção e na geração de emprego; no social reduziu sensivelmente as taxas de pobreza e desigualdade de renda; no ambiental diminui as queimadas e reduziu a emissão de dióxido de carbono, sem contar com a inserção internacional soberana e altiva, entretanto, a resolução dos problemas do passado não se encerraram e, ainda, há novas questões do presente que estão interligadas ao futuro.

Com a vitória de Dilma Rousseff (PT), o Brasil consolida a formação de uma nova maioria política capaz de assegurar a continuidade do caminho do desenvolvimento brasileiro. Mas isso não significa, necessariamente, a sequência de mais do mesmo, mas a possibilidade da radicalização das alternativas de construção de uma sociedade superior. Ou seja, a transição mais intensa da condição do trabalho enquanto meio de financiamento da sobrevivência para o estabelecimento de um novo patamar do desenvolvimento humano integral.

Construir uma estratégia de desenvolvimento vai para além da democracia política, é mais do que urgente avançar na democracia racial, de gênero, de

oportunidades e direitos universais, portanto, quer dizer, deixar definitivamente para trás, um Estado privatista e elitista e construir um Estado Republicano, que coloca a coisa pública no centro, que coloque o social como eixo estruturador.

**Inclusão social e conservação ambiental - WAGNER COSTA RIBEIRO – Folha de São Paulo – Opinião – 02/12/2010**

Passado o período eleitoral, chega o momento de avaliar as perspectivas do novo governo. Cerca de 20 milhões de eleitores consideraram as questões ambientais no primeiro turno, o que pode ser entendido como um recado à presidente eleita, Dilma Rousseff.

Por isso, os temas socioambientais deveriam ter mais destaque no governo que se instalará em breve.

Foram notórios alguns avanços na gestão Marina/Minc/Isabela, dois dos quais ganharam destaque internacional: a diminuição do desmatamento na Amazônia e a mudança da posição brasileira nas negociações sobre mudanças climáticas, que resultou na apresentação de metas claras de redução de gases de efeito estufa para o Brasil. No cenário interno, porém, permanecem dificuldades que terão que ser enfrentadas. Está em curso uma reforma do Código Florestal que pode fazer com que as metas de conservação da biodiversidade e de redução de emissões de carbono não sejam cumpridas.

Outro aspecto que deve ser abordado é o desmonte do sistema de licenciamento ambiental, o que facilitaria a implementação do PAC. Muitos grupos ambientalistas e pesquisadores entendem a necessidade de reformar o Código Florestal. É evidente que um país com as dimensões do Brasil não pode ter uma métrica única para a conservação ambiental. Cada ecossistema exige uma área diferente para manter suas características, de modo a não comprometer sua reprodução. Além disso, os pequenos proprietários são expressivos em Estados como o Rio Grande do Sul, muitos dos quais responsáveis pela produção de alimentos para a cesta básica da população brasileira.

É preciso encontrar uma metodologia que concilie a conservação ambiental sem inviabilizar a manutenção da população camponesa onde vive, bem como sua atividade agrícola. Isso é muito diferente de perdoar grandes proprietários de terras que não cumpriram o que a legislação estabelece para produzir para exportação. É justamente esse segmento social, muito mais capitalizado que o anterior, que pode financiar a recuperação ambiental de suas terras. Em relação ao licenciamento ambiental, não foram poucas as ocasiões nos últimos oito anos em que se assistiu a uma tentativa de desqualificação de órgãos ambientais quando os projetos em discussão eram propostos pelo governo. Está em tramitação um projeto de lei que pretende deixar o licenciamento para a escala estadual, o que gera enorme preocupação, pois em muitos Estados não existe capacidade técnica instalada para analisar com isenção os pedidos dos empreendedores. Esses aspectos, entre outros, devem ser tratados com firmeza pela presidente eleita. O Brasil está em um momento especial, foco de atenções de outros países e de investidores. É preciso deixar claro que o desenvolvimento social, que é necessário e prioritário em nosso país, não será conquistado à custa da manutenção de um sistema de

produção que destrói as reservas naturais do território brasileiro. Temos a oportunidade de lançar novas bases de inclusão social, que podem marcar definitivamente o século 21.

---

**WAGNER COSTA RIBEIRO**, geógrafo, é professor do Departamento de Geografia e coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados da USP.

**PT nordestino deverá gerir Bolsa Família** - Maria Lima e Luiza Damé – O Globo – O País – 02/12/2010

BRASÍLIA. O PT do Nordeste, com os governadores Jaques Wagner (BA) e Marcelo Déda (SE) à frente, terá um ministério de peso no governo Dilma Rousseff e poderá tirar de Minas uma das maiores vitrines eleitorais do governo: o Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social. Os aliados nordestinos de Dilma deverão ficar também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário; o mais cotado para a vaga é o ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias (PT). O Nordeste poderá ter quatro ministérios.

Dias tem um forte adversário no PT: o presidente da Petrobras Bio Combustível, Miguel Rossetto. Amigo de Dilma, Rossetto ocupou o cargo no primeiro mandato do presidente Lula.

Para a pasta da Reforma Agrária, Dilma gosta do ministro, Guilherme Cassel, indicado por Rossetto. Ambos são gauchos e tiveram o controle do setor nos últimos oito anos. Mas o ex-governador do Piauí tem apoio do PT e de movimentos sociais de Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Dilma já teria decidido deixar o Ministério da Integração Nacional sob o comando do PSB de Pernambuco. Numa indicação pessoal de Dilma, o Nordeste poderá ganhar um quarto ministério: o novo Ministério da Pequena e Micro Empresa. Está cotado para o posto o senador José Carlos Valadares (PSB-SE), o que abriria vaga no Senado para o seu suplente, o presidente do PT, José Eduardo Dutra.

Há muitas decisões em aberto. O ex-prefeito de BH Fernando Pimentel pode migrar do cogitado Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio para a Previdência. No Ministério dos Transportes a indefinição continua. A pasta é hoje da cota do PR, mas, além do ex-ministro Alfredo Nascimento (AM), são cotados o atual ministro Paulo Sérgio Passos e o ex-governador Blairo Maggi (MT).

Petistas protestam contra ministra do Meio Ambiente

Durante a solenidade do anúncio da redução do desmatamento na Amazônia Legal, no Palácio do Planalto, petistas distribuíram um panfleto defendendo que, no governo Dilma Rousseff, o Ministério do Meio Ambiente seja comandado por um integrante do PT. A atual titular da pasta, Izabella Teixeira, cuja permanência no cargo tem a simpatia do presidente Lula, não tem filiação partidária. Antes de Izabella, a pasta foi comandada por Marina Silva, quando ela ainda era petista, e, depois, por Carlos Minc, também do PT.

O panfleto nasceu de uma reunião realizada pela Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, em 17 de novembro. O grupo reivindica que o ministério volte às mãos do partido, mas não sugere nomes. “Destacamos, diante de toda essa conjuntura e dos desafios políticos que enfrentaremos na implementação do governo Dilma, a importância estratégica de retomarmos o protagonismo partidário na

política ambiental brasileira, tendo à frente do ministério um quadro político do PT”, diz o trecho final do documento. Anteontem, Lula indicou que gostaria que Izabella fosse mantida no cargo.

### **Investimentos para o acesso à água no Semiárido serão ampliados – Sítio Eletrônico do MDS - 2/12/2010**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anuncia, na quinta-feira (2), em Salvador (BA), novos recursos para aumentar o número de famílias atendidas pelo Programa Cisternas no Semiárido

**Brasília, 2** – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) já construiu, desde 2003, 320 mil cisternas no Semiárido para atender às famílias que precisam de água para o consumo. Dando continuidade a esse trabalho, o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira, anuncia, nesta quinta-feira (2), em Salvador (BA), novos recursos para aumentar o número de famílias atendidas e lança o Prêmio Mandacaru e o curso de educação a distância de Cisternas. O evento será às 19h30, no Hotel Porto da Barra, e terá a participação do embaixador da Espanha, Carlos Alonso Zaldívar.

Para a construção de 12.978 novas cisternas, serão investidos R\$ 50 milhões, com recursos da cooperação entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e o governo brasileiro, com o apoio do Instituto Ambiental Brasil Sustentável. Os recursos garantem a implantação de 11.165 cisternas domiciliares, 1.080 cisternas para a produção de alimentos e 733 cisternas em escolas públicas.

O Prêmio Mandacaru – Projetos e Práticas Inovadoras em Acesso à Água e Convivência com o Semiárido tem o objetivo de promover a produção científico-tecnológica e o desenvolvimento de práticas inovadoras e de sucesso na convivência solidária e sustentável na região. Os finalistas serão premiados com recursos de R\$ 5 mil a R\$ 150 mil para o desenvolvimento dos projetos e replicação de experiências bem-sucedidas.

Já o curso a distância de Formação e Aperfeiçoamento em Gestão Pública, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido pretende qualificar 800 gestores públicos e lideranças sociais. O curso será de abril a novembro de 2011. Em 2002, terá outra edição no mesmo período. A capacitação será oferecida em parceria com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No evento, será anunciada a assinatura pela ministra Márcia Lopes do Termo de Parceria com a Articulação no Semiárido (ASA), reeditando a parceria que vem sendo conduzida desde 2003. O investimento no valor de R\$ 26 milhões de reais viabilizará a construção de mais 2.014 cisternas calçadão, 78 barragens subterrâneas e 78 tanques de pedra – todas tecnologias sociais voltadas para a produção de alimentos.

**Programa** – As ações de acesso à água MDS beneficiam a população rural de baixa renda do Semiárido, que sofre com os efeitos das secas prolongadas. As secas chegam a durar até oito meses, e, nesse período, a água é encontrada somente em barreiros, açudes



e poços com água de baixíssima qualidade.

A cisterna domiciliar é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva que escorre do telhado da casa para as calhas, caindo direto no reservatório, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros, supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas.

A existência de condições como natureza da terra, declividade do terreno e profundidade do solo em cada propriedade são requisitos básicos para implementar as cisternas para produção de alimentos. Elas são destinadas a família atendida pela cisterna de placas. Dessa forma, uma vez garantida a água para beber (primeira água), aquela família poderá ser beneficiada também com a água para produção (segunda água).

O Programa Cisternas nas Escolas é uma ação do MDS. O projeto-piloto foi desenvolvido em parceria com o Governo da Bahia e o Ministério da Educação (MEC). O projeto beneficiou 13 municípios baianos com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). O Cisternas nas Escolas surgiu a partir da assinatura do Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido, assinado em 2007 pelo Governo Federal, governos estaduais e a sociedade civil organizada. A iniciativa foi articulada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) para acelerar as ações e decisões políticas capazes de melhorar a vida de crianças que vivem nessa região.

### **SERVICO**

***Encontro dos Parceiros do Programa Cisternas, com a participação do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira***

**Data:** 2 de dezembro de 2010 (quinta-feira)

**Horário:** 19h30

**Local:** Hotel Barra Sol, Av. Sete de Setembro, 3577, Porto da Barra, Salvador (BA)

**Países se unem contra desigualdades sociais e a favor do combate à pobreza – Sítio eletrônico do MDS – 02/12/2010**

No segundo dia da conferência que reúne mais de 90 nações, representantes do Brasil e do Uruguai falam sobre a experiência da América Latina

Brasília, 2 – A experiência uruguaia no enfrentamento das desigualdades sociais e no combate à pobreza ganhou destaque, nesta quinta-feira (2), na I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, em Brasília. A ex - ministra do Desenvolvimento Social do Uruguai, Ana Marina Arismendi, lembrou as lutas históricas e mobilizações sociais do país e disse que “a ditadura não acabou com as concepções democráticas” que têm sido construídas ao longo do tempo.

Marina Arismendi afirmou que as sucessivas crises econômicas da América Latina

afetaram milhões de famílias, inclusive no Uruguai. “Uma em cada três pessoas uruguayas vivia abaixo da linha de pobreza. Conquistas como as leis de proteção social foram construindo um sistema que serviu de base para o avanço e a resistência à estratégia liberal de acabar com tudo”, acrescentou.

A representante do governo uruguaio criticou a época em que as políticas sociais eram convertidas em políticas para pobres, em pequenos focos de atenção. Momentos em que mulheres e crianças não faziam parte do contingente de pessoas protegidas. “A construção de sistemas universais em seus imperativos democráticos e éticos vem, no Uruguai, desde as origens da pátria, conquistando instrumentos legais”, explicou a ex - ministra.

Brasil – Na manhã deste segundo dia de conferência, coordenado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Renato de Paula, participaram também as professoras Sônia Fleury (Fundação Getulio Vargas) e Aldaíza Sposati (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e o senador Eduardo Suplicy. O senador leu carta do professor de economia Guy Standing, da Universidade de Bath, na Inglaterra, que não pôde vir ao Brasil. Para Guy Standing, programas sociais como o Bolsa Família reduzem a pobreza.

“Precisamos construir sistemas universais de proteção à vida contra as inseguranças que ameaçam as pessoas”, defendeu Sônia Fleury. Segundo ela, a existência de sujeitos políticos é fundamental como parte da construção política, capaz de criar mecanismos para enfrentar as desigualdades e a pobreza.

Ao falar sobre a política pública de assistência social, Aldaíza Sposati disse que, do ponto de vista da proteção social especial, nos casos em que as pessoas estão em risco, é importante que a família seja acompanhada de perto. “Na proteção básica, preventiva, a perspectiva é de laços mais coletivos e não tanto individuais”, explicou.

A I Conferência Mundial é organizada em conjunto pelos ministérios da Saúde, MDS, Previdência Social e Trabalho e Emprego, além da sociedade civil. Para mais informações, [clique aqui](#).

#### SERVIÇO

I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social – Realização do MS, MDS, MPS e MTB

Data: 1º a 5 de dezembro de 2010 (quarta a domingo)

Horário: [Veja programação](#)

Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, DF

Acesse o boletim: [Sistema de seguridade social deve contemplar toda a população](#)

t

Apesar do avanço da classe média na América Latina ser o combustível do crescimento econômico na região, esse grupo ainda enfrenta dificuldades em poder aquisitivo, na educação e na proteção social. É o que mostra relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado semana passada. Segundo o estudo, a classe média da região — inclusive a brasileira — permanece vulnerável se comparada ao padrão dos países da OCDE, tipicamente de alta renda e avançado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

— A crescente e vibrante classe média é um sinal de boas perspectivas para a economia na América Latina — disse Ángel Gurría, secretário-geral da OCDE. — No entanto, os latino-americanos que estão no meio da distribuição de renda ainda enfrentam sérios obstáculos. Esse grupo ainda precisa avançar para ser totalmente comparável com a classe média de economias avançadas.

O estudo recomenda aos governantes assegurarem que essa classe média não vai regredir na escada social, ou seja, voltar a integrar a parcela mais pobre da sociedade. E lista algumas ações governamentais que podem contribuir para reduzir essa vulnerabilidade: fomentar a mobilidade social por meio da educação e melhorar a qualidade dos serviços públicos, da educação e da saúde. A OCDE defende ainda maior flexibilidade nos encargos sociais, com a criação de faixas melhor definidas de contribuições para a proteção social.

“A qualidade da educação está intimamente associada ao histórico social e econômico. Um latino-americano com um parente analfabeto tem dez vezes mais chance de ser analfabeto do que concluir uma universidade”, avaliou a OCDE” Segundo a OCDE, 47% da população brasileira pertenciam à classe média em 2006, próximo à média latino-americana (46,7%), mas bem inferior aos 66,4% dos países ricos da OCDE. Números mais recentes da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam que a classe média brasileira representa 50,5% da população.

### **Presidente Lula lança nova versão do Cadastro Único em evento do Bolsa Família** – Sítio eletrônico do MDS - 06/12/2010

Debate sobre avanços e desafios do Programa Bolsa Família e lançamento do novo Cadastro Único, do MDS, que ocorrem nesta terça-feira (7), a partir das 17h, em Brasília, comemoram os sete anos do programa de transferência de renda do Governo Federal

Começa nesta terça-feira (7), a partir das 17h, em Brasília, evento que apresenta avanços e desafios do Programa Bolsa Família e lançamento do novo Cadastro Único, do MDS. Cerimônia terá a presença do presidente Lula.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) comemora os sete anos do programa de transferência de renda do Governo Federal com a realização, a partir das 17h desta terça-feira (7), do evento “Avanços e Desafios do Programa Bolsa Família e lançamento do Novo Cadastro Único”. A cerimônia de abertura terá a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O encontro deve reunir mais de 500 participantes.

O objetivo é destacar os avanços do Programa Bolsa Família e seu impacto na redução da extrema pobreza e da desigualdade social desde que foi criado, há sete anos. O evento será uma oportunidade para lançar a nova versão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, importante ferramenta tecnológica para a gestão do Bolsa Família e das demais políticas e programas voltados à população de baixa renda.

A solenidade de abertura ocorre nesta terça-feira (7), às 16h, com a presença do presidente Lula, da ministra Márcia Lopes, do MDS, e da secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto. Na abertura, ocorrerá o lançamento do livro “Bolsa Família – 2003-2010: Avanços e Desafios”, uma coletânea de 25 artigos voltados aos diversos aspectos do Programa, como as características da população de baixa renda, avaliações, perspectivas futuras e experiências internacionais correlatas. A publicação foi organizada pela secretária Lúcia Modesto e pelo diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge Abrahão.

Na quarta-feira (8), o evento prossegue a partir das 8h30, com a mesa “Conhecer para Incluir”, composta pela ministra Márcia Lopes e representantes do IBGE, da Caixa Econômica Federal e do Ipea, que farão a apresentação institucional do novo Cadastro Único. A nova versão, chamada de V7, traz aprimoramentos que permitem caracterizar melhor as famílias, identificando aquelas em situação de rua, indígenas e quilombolas, aquelas em que há crianças submetidas ao trabalho infantil, entre outros detalhes. Também permitirá a inserção de dados mais qualificados sobre características dos domicílios e a identificação das vulnerabilidades das pessoas com deficiência. A implantação nacional do novo Cadastro nos municípios inicia em dezembro, mas será realizada de forma escalonada.

À tarde, os debates continuam com temas como “Cadastro Único: contribuições para implementação de políticas públicas voltadas à população de baixa renda”, “Avanços e Desafios do Programa Bolsa Família”, “A intersetorialidade do Programa Bolsa Família”. As mesas terão a participação de integrantes de entidades como o Banco Mundial, a USP, os ministérios da Educação e da Saúde – parceiros na gestão de acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família – e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Investimentos – O Bolsa Família completou sete anos em outubro deste ano, somando investimentos que chegam a R\$ 60,2 bilhões. Já beneficia 12,6 milhões de famílias. O Programa tem impactos importantes na redução da pobreza e no fomento ao desenvolvimento: o consumo de carne pelos beneficiários aumentou em 65%, alunos atendidos pelo programa frequentam mais a escola e apresentam progressão escolar, a pobreza foi reduzida e a desigualdade registrou queda. Esses resultados foram colhidos entre 2003 e 2010. O benefício médio do Bolsa Família, de R\$ 96,00, significa um acréscimo de 47% na renda das cerca de 50 milhões de pessoas atendidas em todos os municípios brasileiros.

[Clique aqui para conferir a programação do evento.](#)

Serviço

*Evento em comemoração aos sete anos do Programa Bolsa Família – “Avanços e Desafios do Programa Bolsa Família e lançamento do Novo Cadastro Único”*

Data: 7 e 8 de dezembro de 2010.  
Hora da abertura: 16h do dia 7  
Local: Hotel Golden Tulip Brasília Alvorada, Auditório Ball Room, SHTN, Trecho 1, Conjunto 1 B, Brasília (DF)

**Fundo da pobreza pode custar R\$19,5 bilhões** – Natanael Damasceno - O Globo – Rio – 07/12/2010

A polêmica em torno do Fundo Estadual de Combate à Pobreza vai voltar a esquentar o plenário da Alerj esta semana. O fundo, composto por um adicional à alíquota do ICMS estadual, foi criado em 2002 para financiar iniciativas do governo que promovessem a diminuição da desigualdade social e deveria ser extinto ao fim deste ano. No entanto, o governador Sérgio Cabral quer que a taxa extra seja prorrogada até 2018. Uma projeção da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) estima que, se for aprovado, o projeto do governo custará R\$19,5 bilhões aos contribuintes, nos próximos oito anos.

Enviado pelo governo, o projeto de lei 3336/2010 — que, além de estender o prazo de validade do fundo, apresenta novas regras para sua composição — será levado hoje ao plenário. De acordo com a proposta, a alíquota de 5% aplicada aos setores de eletricidade e telecomunicações seria diminuída para 2%. Em contrapartida, os outros setores da economia, que hoje contribuem com 1%, passariam a pagar 2%. Os valores valeriam até o fim de 2014, quando a taxa extra cairia para 1% e ficaria em vigor até 2018.

Segundo o secretário estadual de Fazenda, Renato Vilela, a prorrogação do fundo garantiria os recursos necessários para dar continuidade às políticas de redução de desigualdades sociais no estado.

Deputado apresenta proposta alternativa Os críticos da proposta, porém, alegam que, além de estar sendo desvirtuado, o fundo representa na prática um aumento tributário, que acaba sacrificando a economia do estado.

— O percentual proposto pelo governo afeta a produtividade das empresas do Rio. Não quero inviabilizar as finanças do estado, mas acho que podemos chegar a uma solução negociada — diz o deputado Luiz Paulo Correa da Rocha (PSDB), que apresentou uma proposta alternativa à do governo.

A ideia, expressa no projeto de lei complementar 39/2010, é diminuir as alíquotas diferenciadas para o setor de telecomunicações e energia para 3% e manter a alíquota de todos os outros setores em apenas 1%. Além disso, a tributação extra duraria apenas até o fim de 2011. Dessa forma, segundo o deputado, o governo teria um ano para se adaptar à perda de receitas, que acabariam sendo compensadas pelo aumento da arrecadação. Segundo a Alerj, o texto também será levado ao plenário hoje.

Contrariados, empresários fluminenses também querem uma solução alternativa à prorrogação do fundo.

— A alegação de que não havia como abrir mão da arrecadação, usada há quatro anos, hoje não é mais válida. Hoje há espaço fiscal. Queremos que esse percentual seja revisto — diz Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan.

Marcos Neves, superintendente de Relações Institucionais da Fecomércio, argumenta que a arrecadação no estado vem crescendo a cada ano:

— O governo não está levando em consideração que existe uma necessidade de redução da carga tributária no estado. E que a arrecadação vem batendo recordes. O custo de vida no Rio é muito alto. Além do mais, consideramos a iniciativa inconstitucional. Se o congresso não aprovar a PEC (proposta de emenda constitucional) que trata do assunto, a Alerj não poderá aprovar uma lei, pois não haverá base constitucional.

O tema realmente é objeto de uma PEC que tramita no Congresso. Há quem entenda que, se a PEC não for aprovada, o fundo estadual poderá perder a validade.

Desde a criação, em 2002, o fundo gera polêmica. Empresários recorreram à Justiça para tentar impedir a taxa extra, e o Tribunal de Contas do Estado cobrou do governo informações sobre o uso dos recursos.

### **Presidente Lula: resultado do Bolsa Família é o acerto da nossa teimosia – Sítio Eletrônico do MDS - 08/12/2010**

Na abertura do seminário Avanços e Desafios do Bolsa Família e lançamento do Novo Cadastro Único, em Brasília, as histórias de sete beneficiárias que melhoraram de vida emocionaram o presidente e cerca de 500 pessoas. Evento continua nesta quarta-feira

Histórias de sete beneficiárias que melhoraram de vida a partir do Programa Bolsa Família emocionaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cerca de 500 pessoas que participaram, nesta terça-feira (07/12), da abertura do evento Avanços e Desafios do Programa Bolsa Família e lançamento do Novo Cadastro Único, em Brasília.

O programa de transferência de renda com condicionalidades, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com Estados e municípios, completou sete anos em outubro apresentando resultados importantes na redução da desigualdade, pobreza e fome, no aumento da frequência e progressão escolar e impactos positivos na vacinação infantil.

Após ouvir relatos das beneficiárias em vídeo e o depoimento emocionado de Ana Paula Santos, do município de Itaguaçu (ES), o presidente Lula concluiu ao final do evento que valeu a pena investir em políticas destinadas à população de baixa renda. “Só tem uma coisa que não vale a pena: a gente desistir de lutar”, declarou o presidente ao lembrar da teimosia do governo em continuar com as ações do Fome Zero e com o Bolsa Família, mesmo sob intensas críticas. “O resultado do Bolsa Família é o acerto da nossa teimosia”, resumiu.

Ana Paula Santos foi a representante das beneficiárias que discursou na abertura da solenidade e agradeceu ao presidente a criação do Bolsa Família. “A você presidente, muito obrigada. O Bolsa Família mudou a minha vida e a de muitas pessoas”, disse a ex-beneficiária sob forte emoção. Sua família já teve condições para devolver o benefício do programa, mas segundo ela, sua mãe, que trabalha como gari, sempre lembra que “a minha vassoura tá sendo a caneta para formar a minha filha”. A frase dita pela mãe da Ana Paula foi considerada pelo presidente Lula uma síntese do seu governo. Ana Paula Santos hoje é monitora do ProJovem e cursa o ensino superior. A

família, no entanto, já passou fome e morou em barraco de lona.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, observou que as pesquisas mostram o impacto do programa na vida das famílias. “Tiramos da invisibilidade 20 milhões de famílias que estão hoje identificadas no Cadastro Único”, afirmou. Durante o evento, a ministra lançou a nova versão do Cadastro Único e o livro Programa Bolsa Família – 2003/2010: Avanços e Desafios, produzido em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, o senador Eduardo Suplicy, representantes de organizações internacionais e governos, além de dirigentes do MDS participaram do evento que será encerrado nesta quarta-feira (08/12), em Brasília.

[Acesse a programação.](#)

Acesse o boletim: [Durante evento do Bolsa Família, Lula se emociona e diz que valeu a pena acreditar](#)

### **Mais corporações no campo, mais pobreza e dependência dos agricultores – Sítio Eletrônico do MST – 08/12/2010**

As 50 maiores empresas do agronegócio brasileiro tiveram uma receita de R\$ 189 bilhões, maior que o PIB agrícola.

Em entrevista por correio eletrônico à **Página do MST**, os professores-pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Paulo Alentejano Andre Campos Burigo, Alexandre Pessoa Dias, "o controle cada vez maior das grandes corporações sobre a agricultura no Brasil, atualmente maior consumidor mundial de agrotóxico, gera empobrecimento dos agricultores e concentração da renda e riqueza".

Abaixo, leia a íntegra da entrevista sobre a expansão do uso de agrotóxicos no Brasil e o controle da agricultura por grandes corporações.

#### **Comparando os dados de áreas cultivadas, o volume da produção e o uso de agrotóxicos, é possível comprovar que o aumento do uso de venenos não significa aumento da produção?**

Não há correlação direta entre o aumento do uso de agrotóxicos e a evolução da área plantada das principais culturas, mas o aumento do consumo de agrotóxicos foi muito superior à evolução da área plantada.

#### **Qual o crescimento das culturas de milho, soja, cana e algodão nos últimos anos e sua relação com o aumento do uso dos agrotóxicos?**

Como estas culturas são as que mais usam agrotóxicos, a ampliação das mesmas favorece a ampliação do consumo de agrotóxicos. Isto se agrava com a liberação de plantio de sementes transgênicas resistentes a agrotóxicos pela CTNBio, justamente para três dessas culturas: algodão, milho e soja.

**É possível saber quanto de veneno se usou por hectare de área cultivada?**

Em 2008 a relação foi de: feijão 2,9 litros por hectare; arroz - 4,31 litros por hectare; cana - 6,13 litros por hectare; milho - 6,71 litros por hectare; soja - 15,14 litros por hectare; algodão - 39,71 litros por hectare.

**Uma matéria do Valor Econômico diz que o governo autorizou elevar em dez vezes o limite de resíduo no cultivo de milho. O resíduo será de glifosato, que responde por 42% do consumo de venenos. O que significa essa permissão de elevar o índice?**

O governo está cedendo aos interesses das grandes corporações interessadas em vender este tipo de produto. Três empresas já possuem autorização para comercializar milho resistente ao glifosato: Monsanto, Syngenta e DuPont.

**A aposta da Monsanto para o próximo período, segundo matéria do Valor, é o desenvolvimento da linha de biotecnologia. O que significa isso para a toxicidade dos produtos e seus possíveis efeitos sobre os alimentos e a saúde?**

As empresas estão querendo impor cada vez mais os transgênicos e estes produtos em grande parte são vendidos junto com os agrotóxicos, como é o caso das sementes resistentes a glifosato. Tudo isso reforça não só a contaminação de alimentos, do ambiente e dos trabalhadores, como a subordinação dos agricultores a estas grandes corporações.

**As 50 maiores empresas do agronegócio brasileiro tiveram uma receita de R\$ 189 bilhões, maior que o PIB agrícola (que é calculado como em torno de R\$ 180 bi). Como isso se dá e o que significa a presença de tantas e poderosas transnacionais no campo brasileiro?**

O controle cada vez maior das grandes corporações sobre a agricultura no Brasil, atualmente maior consumidor mundial de agrotóxico, gera empobrecimento dos agricultores e concentração da renda e riqueza gerada no campo nas mãos de um pequeno grupo de grandes empresas transnacionais que controlam o mercado mundial de sementes e agroquímicos, contrariando, portanto, qualquer perspectiva de soberania alimentar.



A CEPAL publicou um documento de primeira importância, “La Hora de la Igualdad”. Apresenta o resgate da massa dos excluídos do nosso subcontinente como eixo principal das políticas não apenas distributivas, mas econômicas e sociais no sentido mais amplo. De certa forma, a nossa principal herança maldita, a desigualdade, passa a ser vista como oportunidade de expansão econômica interna, um horizonte positivo de crescimento, não mais baseado em consumo de luxo de minorias, mas em consumo e inclusão produtiva de quem precisa. É a dimensão latinoamericana do que o Banco Mundial chama de população “sem acesso aos benefícios da globalização”, cerca de 4 bilhões de pessoas no planeta, quase dois terços do total. Numa terminologia mais prosaica, são os pobres.

O denominador comum da transformação desta década é a ampliação do consumo de massa. A visão enfrenta fortes resistências, com todos os preconceitos herdados, mas no conjunto os efeitos multiplicadores estão se verificando, e o processo foi se ampliando com a geração de governantes progressistas eleitos na região. A visão de bom senso é de que o principal desafio, a exclusão econômica e social de mais da metade da população, pode constituir uma oportunidade, um novo horizonte de expansão no mercado interno, favorecendo assim não só os pobres, mas o conjunto do aparelho produtivo. A crescente pressão da base da pirâmide social por melhores condições de vida, articulada com a determinação dos governos de promover as mudanças, gerou um círculo virtuoso em que o econômico, o social e o ambiental encontraram o seu campo comum, e no contexto tão importante de uma governança democrática.

Os avanços sociais sempre foram apresentados como custos, que onerariam os setores produtivos. As políticas foram tradicionalmente baseadas na visão de que a ampliação da competitividade da empresa passa pela redução dos seus custos. Isto tem duas vertentes. Enquanto a redução dos custos pela racionalização do uso dos insumos, redução da pegada ecológica e aproveitamento das novas tecnologias produtivas e organizacionais é essencial, pelo avanço de produtividade que permite, a redução de custos pelo lado da mão de obra reduz o mercado consumidor no seu conjunto, e tende a ter o efeito inverso. Ao reduzir o mercado consumidor, limita a escala de produção, e mantém a economia na chamada “base estreita”, de produzir pouco, para poucos, e com preços elevados, que é a tradição latinoamericana. E poupa as empresas mais atrasadas de investirem na modernização.

A crise financeira mundial deixou as coisas mais claras. A evolução da América Latina frente à crise se caracteriza pelo fato de que no momento da eclosão dos problemas nos Estados Unidos, a região já vinha tomando medidas redistributivas no sentido amplo, ficando assim parcialmente preparada. No pior da crise, intensificou as medidas, o que facilitou a transição. No entanto, o problema principal não é a crise de 2008. Por mais grave que esta seja, o principal é que a América Latina era e continua sendo a região mais desigual do planeta, com problemas estruturais absolutamente obscenos em termos de riqueza ostensiva e perdulária frente à miséria do grosso da população e as correspondentes perdas de produtividade.

Deste ponto de vista, a crise financeira de certa forma representou uma oportunidade, ao tornar mais evidente a necessidade de uma ampla base de consumo popular. Apraoveitarm-se assim as políticas anti-cíclicas características de uma conjuntura determinada, para estabilizar políticas estruturais, visões de Estado. Paradoxalmente, é graças à crise que um conjunto de setores fechados a visões progressistas passou a ver de outra maneira o papel do Estado, as políticas distributivas, as políticas sociais em geral. Com o colapso dos mercados mundiais, foi importante para uma série de setores de atividade mais vinculados à exportação poderem se reconverter para o mercado interno que se expandia apesar da crise. Com o travamento dos créditos dos bancos comerciais, outros setores viram com bons olhos a existência de bancos públicos que não só mantiveram como expandiram as linhas de crédito. Uma visão mais ampla da política econômica se generalizou, abrindo mais espaço para medidas de longo prazo.

O estudo da Cepal sistematiza de maneira muito útil este novo enfoque, apontando seis grandes pilares:

**1) Una política macroeconómica para un desarrollo inclusivo:** La región puede crecer más y mejor. No sólo es necesario lograr un mayor dinamismo económico, sino también mayores niveles de inclusión e igualdad social, menor exposición a los impactos de la volatilidad externa, más inversión productiva y más generación de empleos de calidad. El rol de las políticas macroeconómicas es esencial.

**2) Convergencia productiva con igualdad:** Las economías latinoamericanas y caribeñas se caracterizan por una notoria heterogeneidad estructural que explica en gran medida la aguda desigualdad social de la región. Esta heterogeneidad está dada por las brechas internas y externas de productividad. Para ayudar a cerrar estas brechas, la CEPAL propone transformar la estructura productiva a partir de tres ejes de políticas: el industrial, con énfasis en la innovación; el tecnológico, centrado en la creación y difusión de conocimiento; y el apoyo a las pequeñas y medianas empresas (pyme).

**3) Convergencia territorial:** El territorio sí importa. Las brechas sociales y de productividad también tienen su expresión espacial. De allí la urgencia de crear políticas que aborden la heterogeneidad territorial al interior de los países. En la corrección de

disparidades territoriales las transferencias intergubernamentales son decisivas, así como los fondos de cohesión territorial.

4) Más y mejor empleo: El empleo es la llave maestra para resolver la desigualdad. Para superar las brechas que se producen en los ingresos, el acceso a la seguridad social y la estabilidad laboral -además de la discriminación que sufren las mujeres, minorías étnicas y jóvenes-, la CEPAL propone una hoja de ruta centrada, entre otros temas, en el impulso de un pacto laboral que genere dinamismo económico y proteja al trabajador.

5) El cierre de las brechas sociales: El Estado tiene un rol decisivo en revertir la desigualdad, lo que implica un aumento sostenido del gasto social, avanzar en la institucionalidad social y hacia sistemas de transferencias de ingresos para mejorar la distribución hacia los sectores más vulnerables.

6) El pacto fiscal como clave en el vínculo entre el Estado y la igualdad: Es necesario dotar al Estado de mayor capacidad para redistribuir recursos y promover la igualdad. Se trata de un Estado de bienestar y no de un Estado subsidiario, que avance hacia una estructura tributaria y un sistema de transferencias que privilegie la solidaridad social. Con una nueva ecuación Estado-mercado-sociedad se podrá alcanzar un desarrollo con empleos de calidad, cohesión social y sostenibilidad ambiental.

A formulação desta visão na América Latina, que sempre separou, em termos de análise, as políticas econômicas e as políticas sociais, é sumamente importante. Tanto no Brasil como em outros países, as políticas distributivas continuam a ser apresentadas pelas oligarquias como “assistencialismo”, e a fragilidade das políticas de prestação de serviços sociais como efeito natural da ineficiência do Estado. A dinâmica social como vetor de promoção das atividades econômicas no seu conjunto, nestas propostas da Cepal, constitui uma visão de bom senso. O desenvolvimento volta aqui a ser entendido como processo integrado, e a dimensão econômica se articula com as dimensões sociais e ambientais.

As políticas sociais passam assim a ser analisadas não apenas na sua eficiência específica, em termos de melhoria da saúde ou da promoção das pessoas, por exemplo, mas no seu impacto geral para as atividades econômicas. A concepção de que “a produção” geraria riqueza, enquanto o social constituiria gasto, é simplesmente errada. Consolida-se a visão do social como investimento. Segundo o Relatório, “Los recursos utilizados en la gestión social, más que gasto son una inversión”: Em outra dimensão, o investimento social, ao tirar as pessoas da miséria, e integrá-las na dinâmica econômica mais ampla, permite ultrapassar gradualmente o eterno dualismo que trava o desenvolvimento da região: bens pobres para pobres, saúde pobre para pobres e assim por diante. É o que o relatório da Cepal chama de “heterogeneidade estrutural” que precisa ser enfrentada para gerar a “convergência produtiva”.

“Las transferencias destinadas a la exclusión social y el desempleo, a la vivienda, la familia y los niños aumentan la eficacia macroeconómica en la medida en

que favorecem a participação de la mujer, la inserción laboral de las personas excluidas y también el consumo privado. Esto coincide con uno de los principales mensajes que se ha querido transmitir en este trabajo, a saber, la necesidad de visualizar el gasto social pro bienestar desde una perspectiva de inversión social que contribuya a reducir la heterogeneidad estructural y avanzar hacia la convergencia productiva”. (243)

Neste subcontinente historicamente assolado por oligarquias retrógradas sustentadas por interesses transnacionais, onde sempre se promoveu o desenvolvimento excludente, onde a própria modernidade se apresenta como acesso de minorias a um luxo ostensivo, trata-se realmente de uma virada histórica. Não pelos resultados, que ainda são extremamente tímidos, dada a profundidade da desigualdade herdada, mas pela reorientação das políticas.

Bernardo Kliksberg, que prefacia a obra, também vê as novas políticas na sua dimensão transformadora mais ampla, envolvendo a própria ética dos processos econômicos. “En América Latina, hay hoy una sed de ética. Vastos sectores confluyen en la necesidad de superar la escisión entre ética y economía que caracterizó a las últimas décadas. Una economía orientada por la ética no aparece como un simple sueño, sino como una exigencia histórica para lograr que la paradoja de la pobreza en medio de la riqueza pueda realmente superarse y construir un desarrollo pujante, susten table y equitativo.”

O documento da Cepal pode ser acessado na íntegra, sem custos, no link <http://bit.ly/9Vpwt4> . Uma versão resumido em português, de 58 páginas, pode ser acessada em <http://bit.ly/bqwYAh>

### **Brasil cresceu na era Lula menos que emergentes e AL – O Globo – Capa – 10/12/2010**

A economia brasileira pisou no freio no terceiro trimestre deste ano. O Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país) avançou apenas 0,5% frente aos três meses anteriores, depois de ter crescido 1,8% no trimestre anterior. Os números são do IBGE e mostram que a indústria e a agropecuária tiveram queda no período. Em relação ao terceiro trimestre de 2009, no entanto, o país cresceu 6,7%. Apesar do freio, analistas reviram as projeções e já apontam expansão de 7,4% a 7,8% este ano. Seria, portanto, o melhor resultado em 24 anos. O IBGE divulgou ontem ainda que a recessão de 2009, na esteira da crise global, foi maior do que se pensava. O PIB brasileiro encolheu 0,6% e não apenas 0,2%. A marolinha, como disse o presidente Lula, foi maior do que o esperado e representou uma perda de R\$19,1 bilhões para o país. Nos oito anos de governo Lula, o país cresceu, em média, 4% ao ano. O resultado é inferior ao de China (10,95%), Índia (8,2%), Rússia (4,8%) e América Latina (4,64%), de acordo com o FMI.

**País ainda está atrás de Bric e América Latina** - Martha Beck e Cássia Almeida – O Globo – Economia – 10/12/2010

BRASÍLIA e RIO. Se os oito anos de governo do presidente Lula permitiram à economia crescer bem mais do que na era Fernando Henrique Cardoso — 4% contra 2,28% —, esse movimento ainda deixa o Brasil atrás de outros países.

No grupo dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), atuais motores do crescimento mundial, o país é o último da fila. A média do crescimento chinês, por exemplo, foi de 10,95% nos últimos oito anos, enquanto a do indiano foi de 8,2%. Até mesmo a Rússia, cujo Produto Interno Bruto (PIB) despencou 7,9% por causa da crise mundial em 2009, teve média melhor: 4,8%. O Brasil também ficou abaixo da média da América Latina no período: 4,64%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), que já tem projeções para 2010.

Considerando as estimativas do FMI, entre 2003 e 2010, o Brasil fica à frente apenas do México, que cresceu 2,1% nesse período, se consideradas as principais economias da América Latina. O país empata com Chile e Paraguai, que também fecharão o período 2003-2010 com crescimento médio de 4%. A Argentina, por exemplo, registrará taxa de 7,4%; o Peru, de 6,4%; e a Venezuela, de 4,6%.

Segundo o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, o Brasil perde quando comparado com China e Índia porque o crescimento sustentado dessas economias ocorre há décadas. Elas derrotaram o monstro da inflação e conseguiram estabilidade. Além disso, são países com população muito grande e que precisam de economias fortes:

— Na China, o crescimento tem de ser alto. O mínimo aceitável é de 8%. Qualquer valor abaixo disso é considerado recessão — afirma Agostini. — Já a Rússia, embora tenha crescido mais do que o Brasil, ainda tem crescimento de pior qualidade.

Segundo o diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Langoni, embora a Argentina tenha crescido, na média, mais do que o Brasil, esse movimento não é sustentado. O país tem baixo nível de investimento e é fortemente dependente da venda de commodities:

— O crescimento duradouro ainda é raro. Já ocorre no Chile e está começando em lugares como o Brasil e o Peru. Para Carlos Mussi, economista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), os países da região que se saíram melhor foram os que souberam aproveitar a tranquilidade nos mercados para atrair investimentos, diversificar exportações e crescer. E, se o Brasil conseguiu avançar no governo Lula, isso também se deveu aos esforços da era FH, destacou Agostini:

— São dois momentos. É que nem Maradona e Pelé.

**Cidades médias na dianteira** - Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 11/12/2010

A economia brasileira se rende ao potencial das cidades médias, que têm de 100 mil a 500 mil habitantes. Na última década, a participação no Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) desses municípios passou de 25,5%, em 1999, para 28,0% em 2008. Foi o maior avanço entre os diferentes portes de município. Desse mapa, fazem parte cidades como as fluminenses Campos de Goytacazes e Macaé. Já as grandes cidades, com mais de 500 mil habitantes, perderam

espaço na geração de renda do país, encolhendo a participação de 44,7% para 41,8% no período.

Ainda assim, apenas seis municípios — São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus — respondem por quase 25% do PIB do Brasil. Esse é um dos retratos revelados na pesquisa do IBGE que calcula o PIB dos municípios, incluindo tudo o que se produz de bens e serviços nas 5.564 cidades do país.

— As chamadas cidades médias apresentam um crescimento sustentado e contínuo nesses dez anos. E esse movimento ajuda a diminuir a alta concentração da geração de renda do país, cujas capitais respondem por 33,9% do PIB — disse Sheila Zani, coordenadora do levantamento do IBGE, acrescentando que, no outro extremo, a renda gerada por 1.313 municípios somam apenas 1% do total da riqueza nacional.

Segundo José Cezar Castanhar, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as cidades médias conseguem atrair novos investimentos ao criar estímulos fiscais, ter custos menores e imóveis mais baratos.

— Os dados confirmam que o eixo da economia sai dos grandes centros para ocupar as cidades que não são tão pequenas e ainda têm infraestrutura. Ajuda o fato de o país ter empreendedores em todas as regiões — disse Castanhar, ressaltando que o mercado interno em expansão também estimula o crescimento dessas cidades.

As maiores rendas per capita (o PIB local dividido pelo tamanho da população), contudo, estão em cidades com baixa densidade demográfica. Isso porque, disse Sheila, “nem toda a renda gerada é apropriada pela população”. É o caso da pequena São Francisco do Conde, na Bahia, que abriga a segunda maior refinaria em capacidade instalada de refino do país, a Landulpho Alves. O PIB per capita da cidade é de R\$288.370,81 — bem acima da média nacional de R \$15.989,75. E ainda Porto Real (R\$203.561,86), no Rio, com a indústria automobilística.

— Nem toda a renda fica no município — enfatizou ela.

Rio e São Paulo perdem espaço Apesar da expansão das cidades médias, os municípios com maior peso na economia brasileira são São Paulo (11,8%), Rio de Janeiro (5,1%), Brasília (3,9%), Curitiba (1,4%), Belo Horizonte (1,4%) e Manaus (1,3%) — juntas, têm quase um quarto do PIB do país. Mas essa concentração já foi maior. Em 1999, só Rio e São Paulo respondiam por quase 25% da riqueza nacional.

No ano passado, os dois principais motores da economia brasileira foram as cidades que mais perderam espaço no PIB. Em 2007, respondiam, respectivamente, por 5,3% e 12,1% de toda a geração de renda no país.

Para Sheila, do IBGE, o Rio de Janeiro perde, especialmente, para seus vinhos do Norte Fluminense — que baseiam a sua economia no petróleo. Já São Paulo sentiu os efeitos do pior desempenho do setor financeiro em 2008, a despeito do volume crescente de crédito.

— E 2008 foi um ano especial para as commodities. Mas a agricultura de São Paulo se concentra em laranja e cana-de-açúcar, que apresentaram queda de preços em 2008. Outra atividade que sofreu foi a de refino de petróleo. Com o preço do barril em alta, a atividade ficou mais cara. Os números do IBGE mostraram ainda que 1.832 municípios do país tinham mais de um terço a sua economia dependente da administração pública. Em algumas, como Uiramutã (RR), Poço Dantas (PB) e Santo Antônio dos Milagres (PI), a atividade do governo responde por mais de 70% da geração de renda da cidade.

**GRAÇAS AO PETRÓLEO, CAMPOS TEVE O MAIOR GANHO DE PARTICIPAÇÃO NO PIB, na página 32**

**41% das famílias serão classe média** – Carolina Matos – Folha de São Paulo – Mercado – 12/12/2010

No país que já foi chamado de "Belíndia" -por misturar a riqueza da Bélgica e a miséria da Índia-, a nova classe média chega cada vez mais perto do padrão de consumo do Primeiro Mundo. E, daqui a dez anos, essa fatia dos brasileiros deve, sozinha, colocar o equivalente a uma Bélgica no bolso. O poder de compra da classe C deve quase dobrar e saltar para R\$ 757 bilhões em 2020, de acordo com estudo feito pela consultoria Plano CDE para a **Folha**. Em valores atuais, a projeção é quase o PIB (Produto Interno Bruto) da Bélgica em 2009, de aproximadamente R\$ 796 bilhões. Ou perto de duas vezes o da Colômbia, equivalente a R\$ 391 bilhões. Mas é importante frisar que, no quesito PIB per capita, os brasileiros -assim como os colombianos- ainda estão longe dos belgas. Segundo o CIA Factbook, no Brasil o PIB por habitante em 2009 foi estimado em US\$ 10 mil (cerca de R\$ 17,1 mil), próximo ao da Colômbia (US\$ 9.300). Já na Bélgica, cada pessoa tem quase quatro vezes isso para gastar por ano: US\$ 36,8 mil. A massa de renda da classe C brasileira em dez anos seria suficiente, por exemplo, para bancar 126 milhões de pacotes de viagem de nove noites a Nova York, a preços de hoje.

**69 MI DE FAMÍLIAS**

Para a projeção até 2020, o estudo considera um crescimento médio da economia brasileira de 4% ao ano. A partir de dados do IBGE, prevê aumento do número de famílias de 58 milhões em 2009 para 69 milhões -sendo, desse total, 29 milhões da nova classe média. O levantamento aponta ainda que o poder de compra da classe C vai ser 20% maior que o da classe A. E quase o triplo das massas de renda das classes D e E somadas. "Nesse cenário, o "brasileiro médio" passa a ter um padrão de consumo próximo ao observado em países desenvolvidos", diz Haroldo Torres, economista, demógrafo e diretor da Plano CDE. Em relação à distribuição de renda estimada para o Brasil em 2020, a classe C deverá representar 41% das famílias. Em 2009, eram 34%. A classe D diminuiria para 22% (saindo de 27%), e a E, para 17% (saindo de 21%). E, levando em conta o número absoluto de famílias, o tamanho das classes D e E permanece praticamente constante de 1999 até 2020. "Esses dados mostram que a ascensão social que tem existido nas classes mais baixas no país é das novas gerações. São os filhos que, com mais estudo, conseguem mobilidade", diz Torres.

**Falta de escolaridade marca "nova pobreza"** – Carolina Matos – Folha de São Paulo – Mercado – 12/12/2010

Com a economia mais sofisticada, inclusive em termos tecnológicos, consolida-se no Brasil o conceito de "nova pobreza", diz Haroldo Torres, diretor da consultoria Plano CDE.

De acordo com o economista e demógrafo, fazem parte desse grupo pessoas de baixa escolaridade -geralmente da classe E, mas que também podem estar na classe D- que

enfrentam cada vez mais dificuldade para encontrar um emprego formal. "Com o desenvolvimento da economia, que inclui avanços tecnológicos, tem aumentado a exigência dos empregadores", diz Torres. "Hoje, para uma vaga de operador de trator ou de caixa de supermercado, as empresas têm exigido ensino médio", afirma.

## **PROGRAMAS**

Torres ressalta ainda que a "nova pobreza" é cada vez mais dependente de programas sociais para sobreviver.

Ele destaca, no entanto, que essas iniciativas não têm por meta promover a ascensão entre classes: são programas para que a situação das pessoas atendidas não piore. "O que muitos programas sociais fazem é incentivar a mobilidade das novas gerações, exigindo, por exemplo, que os filhos das famílias estejam na escola." Sérgio Mendonça, economista do Dieese, diz que é difícil que pessoas dos grupos mais pobres -especialmente da classe E- sejam amplamente inseridas em programas de qualificação profissional, mesmo que sejam gratuitos. "A barreira educacional é realmente um desafio. Imagine a dificuldade de fazer com que uma pessoa de 50 anos, analfabeta, aprenda informática. É mais factível que a mobilidade de classe no Brasil continue sendo de uma geração para outra", afirma Mendonça. (CM)

## **SOCIAIS**

### **Modernização será prioridade na Agricultura – Sítio Eletrônico do MAPA – 12/11/2010**

Brasília - O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, confirmado no cargo pela presidente eleita, Dilma Roussef, anunciou, nesta segunda-feira, 13 de dezembro, as principais linhas de sua gestão para os próximos quatro anos. O projeto inclui a modernização da estrutura do ministério, um novo modelo de financiamento do crédito rural, a ampliação do seguro rural e a abertura de novos mercados para a carne brasileira. O ministro ainda apresentou os números mais atualizados das exportações do agronegócio, que atingiram US\$ 70,3 bilhões de janeiro a novembro, e um superávit de US\$ 58 bilhões.

#### Modernização

“Precisamos modernizar o Ministério da Agricultura para que possa acompanhar o grande avanço do setor produtivo rural. Há um descompasso entre um setor que avançou muito nos últimos anos, sobretudo na última década, e uma estrutura que permanece basicamente a mesma de 30 anos atrás”, avaliou o ministro. De acordo com Rossi, a partir de 2011 será realizado um grande diagnóstico envolvendo toda a equipe da pasta para definir como o ministério pode responder de forma mais eficiente às demandas da sociedade e, principalmente, dos produtores rurais. Ele mencionou, por exemplo, que é necessário reduzir o tempo de conclusão de processos como os registros de produtos e de certificação de origem. “Hoje, o agronegócio representa 26% do PIB e 42% das exportações e a resposta a sociedade tem sido dada por um ministério que foi montado numa época em que não chegávamos à metade desses números”, afirmou.

#### Apoio ao setor rural



O ministro afirmou que haverá uma integração entre a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Seguro Rural. “Vamos estudar se mais recursos forem aplicados para ampliar o seguro rural será possível dar a segurança de renda que o país precisa para seus produtores”, disse. Segundo Rossi, a intenção não é substituir a PGPM, mas investir o orçamento de forma mais eficiente para que o Brasil possa ter um seguro rural mais abrangente, capaz de cobrir os riscos climáticos e também os riscos mercadológicos. Ele lembrou que o Fundo de Catástrofe, sancionado em agosto, foi um passo importante para promover a expansão do seguro no Brasil. Explicou ainda que o setor precisa de um apoio mais efetivo para assegurar a renda do produtor. “A garantia do preço mínimo tem sido eficiente, mas a política é centrada nos custos de produção variáveis, que consideram apenas os desembolsos que o produtor faz a cada ano para determinada cultura”, informou o ministro. Esse é um projeto de longo prazo e não apenas para o primeiro ano de governo e que responde a uma demanda de todo setor produtivo”, completou.

#### Abertura de mercados

“Há um esforço grande para que possamos aumentar o nosso comércio com Extremo Oriente, principalmente para a carne suína”, informou o ministro. Os mercados prioritários para o Brasil são China, Japão e Coreia. Rossi reforçou que o Ministério da Agricultura está enfrentando todas as barreiras impostas aos produtos nacionais. “Uma delas é a própria abertura de mercados com o Extremo Oriente. Com sucessivas aproximações, estamos prestes a estabelecer um acordo comercial”, disse. O ministro comentou também o sistema de cotas da Rússia para as carnes. Conforme Rossi, um encontro que ocorrerá no início do próximo ano, em Berlim (Alemanha), deve fechar as negociações entre as autoridades russas e brasileiras sobre o assunto. “Nossa bandeira é que se cotas forem mantidas, que não sejam demarcadas geograficamente porque o Brasil entra e ganha espaço”, relata o ministro. Isso ocorreu, lembra Wagner Rossi, com a carne bovina, que tem um sistema de cotas mais aberto, e o Brasil forneceu, em 2009, 50% do produto consumido na Rússia. Há uma terceira limitação mencionada pelo ministro, que é a mercadológica sob alegação sanitária. “Alguns países não podem evitar que o Brasil ganhe mercado, então, fazem alegações sanitárias, na maior parte delas, absurda. Por exemplo, o Brasil não tem nenhum caso de febre aftosa há mais de quatro anos”, enfatiza. Para enfrentar essa situação, o Ministério da Agricultura, em conjunto com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, está preparando uma campanha de esclarecimento sobre as condições produtivas no Brasil, envolvendo sanidade, qualidade e condições de preço. “Percebi, principalmente quando estive na Europa, que o nível de informação da população é muito baixo sobre a produção brasileira. Quando o projeto estiver pronto vamos chamar a iniciativa privada a participar dessa campanha”, concluiu.

#### Novo modelo de financiamento

Wagner Rossi anunciou um projeto para combater o desenvolvimento desigual dentro da agropecuária. “Há uma diferença entre a situação do produtor agrícola e do pecuarista em relação à organização dos setores, especialmente no que diz respeito ao acesso a financiamento”, ponderou. Segundo o ministro, é necessário criar uma linha de crédito mais específica para a pecuária, que seja capaz de enfrentar questões de médio prazo, como o sacrifício das matrizes que aconteceu alguns anos atrás e está repercutindo hoje com a diminuição da oferta de boi. Rossi ainda citou linhas especiais para a fruticultura. “O setor tem um potencial enorme em áreas irrigadas e no Nordeste e precisa ter um apoio similar ao que outras culturas já têm”, reforçou. Rossi ressaltou a importância de ações de médio e longo prazo para o trigo. “Precisamos sair de uma ação pontual para uma política estruturante. O objetivo não é a autossuficiência, pois temos

uma parceria forte com Argentina, Paraguai e Uruguai. Temos que melhorar a qualidade do trigo, que tem muita relação com o preço pago ao produtor”, explicou.

#### Exportações

“Estamos batendo recordes de exportação com o dólar da forma como ele está. Exportamos de janeiro a novembro US\$ 70,3 bilhões em produtos da agropecuária, o que nos aproxima do recorde de todos os tempos, que foi em 2008, quando chegamos a US\$ 71,8 bilhões”, anunciou Rossi. “É quase certo que tenhamos a maior exportação agrícola e pecuária da história do país, com o maior superávit nessa área. Devemos superar os US\$ 60 bilhões”, afirmou.

#### Código Florestal

Wagner Rossi defendeu que qualquer aperfeiçoamento do Código Florestal deve ser feito pelo Congresso Nacional, especialmente no Senado, após a votação no plenário da Câmara a prevista para ocorrer esta semana. “A sinalização para o setor rural de que haverá regras mais justas e mais adequadas já seria um grande avanço. O trabalho do deputado Aldo Rebelo foi extremamente equilibrado. Ele não abriu nenhuma possibilidade de aumento do desmatamento, não diminuiu qualquer defesa dos biomas”, disse, se referindo ao relatório do deputado do PCdoB de São Paulo sobre o Código. Rossi citou também a iniciativa do Ministério da Agricultura, pioneira no mundo, de estabelecer ações para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa, como é o caso do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

#### Qualidade do Café

“Temos colocado várias cadeias produtivas juntas para conversar e isso foi muito positivo no café”, classificou o ministro. Ele informou que o governo, em conjunto com a iniciativa privada, está iniciando o plano de melhoria da qualidade do café no mercado interno, prevista na Instrução Normativa nº 16, que entrar em vigor em fevereiro de 2011. “Conseguimos estabelecer 100% de controle na pureza, 100% de controle na umidade. Para o aspecto sensorial, que é mais subjetivo, vamos fazer, numa primeira fase, o apoio do governo treinando provadores de café”, relatou. Segundo Rossi, a formação de degustadores começa em janeiro e esses profissionais percorrerão as indústrias para orientá-los sobre como melhorar a qualidade sensorial do produto (aroma e sabor). O ministro comemorou também a autorização para que o Brasil negocie o café na bolsa de Nova York. Ele avalia que o país pode ainda ganhar mercado já que o produto nacional tem ótima qualidade em grande quantidade. “Temos, indiscutivelmente, o melhor café do mundo”, reforçou.

#### Índice de produtividade

“Tenho resistência à ideia de impor um índice de produtividade a uma propriedade determinada. Na verdade, quem deve definir o que, como e quando o produtor vai produzir é o mercado, a visão que ele tem da oportunidade de negócios, de perspectiva de preço e demanda interna e externa”, opinou o ministro. “Quem quer definir os índices está pensando em um Brasil de 30 anos atrás, quando havia necessidade de um mecanismo como esse, pois não existiam terras disponíveis para a reforma agrária. Hoje, há muitas terras disponíveis e a possibilidade se adquirir terras no mercado”, concluiu Rossi. (*Laila Muniz*)

### **Avanço na agricultura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 13/12/2010**

Numa lista de cerca de 120 países pobres e em desenvolvimento, o Brasil foi o que registrou o maior aumento da produtividade do trabalho agrícola entre 1988 e 2008,

o que confirma o grande avanço da agricultura brasileira no período. De acordo com um estudo sobre o papel da agricultura na redução da pobreza no mundo, elaborado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) – uma organização ligada à ONU que se dedica à busca de recursos para apoiar a agricultura nos países em desenvolvimento –, a produção anual média do trabalhador rural brasileiro aumentou 123,7% no período considerado, passando de US\$ 1.439 para US\$ 3.218 (tomando-se como base o valor do dólar em 2000).

De todos os demais países analisados pelo Fida, apenas Belize também registrou aumento de mais de 100% – o número exato é 116,7%. Mas é preciso ressaltar que em Belize há apenas 30 mil trabalhadores no campo, ou menos de 0,3% dos 11,93 milhões de trabalhadores rurais brasileiros, e sua produção agrícola, de cerca de US\$ 450 milhões por ano, corresponde a pouco mais de 1% da brasileira, de quase US\$ 40 bilhões anuais, segundo os dados utilizados pelo Fida.

O desempenho da agricultura brasileira, de acordo com o critério do Fida, é muito superior ao dos principais concorrentes do País nos mercados regional e mundial. O aumento da produtividade do trabalho rural na Argentina no período considerado foi de 60,9%, menos da metade da evolução da produtividade brasileira; no México, de 32,2%, apenas um quarto do resultado brasileiro; na China, de 81,6%; e, na Índia, de 27,3%.

Ressalte-se que o exame da produtividade do trabalho é apenas uma das formas de se avaliar a evolução, ou involução, da atividade agrícola numa região ou num país. Também de acordo com outras avaliações o desempenho brasileiro é muito superior ao da maioria dos países com os quais disputa espaços no mercado mundial de produtos agropecuários e agroindustriais.

Entre 1996 e 2006, enquanto a área plantada com grãos no Brasil registrou aumento de 24,4%, de 38,5 milhões para 47,9 milhões de hectares, a produção cresceu 95,8% – de 73,6 milhões para 144,1 milhões de toneladas –, segundo pesquisa do Centro de Economia Agrícola da FGV. Em algumas culturas, como a do milho, o aumento da produtividade foi excepcional. Entre as safras de 1995/1996 e a de 2009/2010, a área plantada diminuiu 5,9%, mas a produção de milho aumentou 65,1% – de 32,4 milhões para 53,5 milhões de toneladas. Na safra 2009/2010, em que se constatou uma pequena redução (de 0,7%) da área cultivada, a produção foi cerca de 8% maior do que a da safra anterior, o que resultou no aumento de 8,5% na produtividade. A agricultura brasileira tem-se caracterizado por aumentos constantes de produtividade. Entre 2000 e 2009, enquanto a área cultivada aumentou à média anual de 1,7%, a produção cresceu 4,7%.

No ano passado, o Brasil ultrapassou o Canadá e se tornou o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia, de acordo com a OMC. Na década passada, o País já tinha superado a Austrália e a China. Entre 2000 e 2008, as exportações agrícolas brasileiras cresceram, em média, 18,6% ao ano, mais do que os crescimentos registrados no Canadá (6,3%), na Austrália (6,0%), nos Estados Unidos (8,4%) e na União Europeia (11,4%).

A abundância de recursos naturais, como solo, água e luz, o aumento da demanda internacional, sobretudo dos países asiáticos, e o aumento da produtividade estão entre os fatores que têm impulsionado de maneira decisiva a atividade rural no Brasil nos últimos anos.

É evidente que isso só foi possível graças às pesquisas desenvolvidas pela Embrapa, sobretudo no desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas e de variedades para as diferentes regiões do País, além de seu trabalho de

campo junto aos agricultores, estimulando a adoção de técnicas mais adequadas de cultivo e de gestão.

**Bolsa Família ajuda, mas distorce sistema político, diz d. Odilo – Hélio Schwartsman** – Folha de São Paulo – Poder – 13/12/2010

Para dom Odilo Pedro cardeal Scherer, arcebispo de São Paulo, o Bolsa Família ajuda as famílias pobres, mas transformou-se numa ferramenta eleitoral que distorce o sistema político.

Essa avaliação, feita em outubro de 2007 ao então cônsul-geral dos EUA em São Paulo, Thomas White, consta de telegrama diplomático obtido pelo site WikiLeaks ([www.wikileaks.ch](http://www.wikileaks.ch)).

A organização teve acesso a milhares de despachos. A **Folha** e outras seis publicações têm acesso antecipado à divulgação no WikiLeaks. Quando questionado sobre o Bolsa Família, d. Odilo afirmou que o programa tem efeitos contraditórios.

Do lado positivo, ajuda concretamente os pobres e faz com que mais dinheiro circule nas comunidades. Se as famílias observarem as regras, mantendo as crianças na escola e as vacinando, o programa pode trazer benefícios de longo prazo. Do lado negativo, o cardeal ressalta o risco de os beneficiários desenvolverem dependência da bolsa e diz que a associação do programa com o governo federal e o PT o transformou num instrumento eleitoral que distorce o sistema político. Na mesma conversa, d. Odilo afirma que a Teologia da Libertação perdeu força nos últimos anos, deixando de ser um "problema sério".

Ao referir-se à perda de fiéis para evangélicos, dom Odilo diz que a Igreja Católica falhou em sua missão de aprofundar a fé das pessoas. O desafio agora é fazer com que a igreja seja ouvida, mas, segundo ele, isso é difícil, pois a mídia tradicional não dá muita atenção a mensagens de caráter moral. Elas não vendem, diz o cardeal, que aproveitou para fazer críticas à Record, do líder evangélico Edir Macedo.

Para d. Odilo, a TV opera como empresa, mas também serve aos interesses dos evangélicos pentecostais.

Num outro despacho, este de março de 2006, o então cônsul-geral em São Paulo, Christopher McMullen, relata a conversa que teve com o então arcebispo da região metropolitana, dom Cláudio cardeal Hummes. Nela, o religioso avalia a gestão de Lula, a quem conhece desde a ditadura. Dom Cláudio diz que o governo foi bem na macroeconomia. Ele vê o Bolsa Família com mais simpatia do que dom Odilo. Para ele, porém, o que faltava até 2006 era crescimento econômico.

Em relação ao escândalo do mensalão, d. Cláudio diz que Lula "não o merecia". Para o religioso, o presidente foi mal servido por pessoas de seu entorno. Nomeia especificamente o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Brasília - Ampliar os investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro é o objetivo do Ministério da Agricultura, Pecuária, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para 2011. Países com disponibilidade de recursos financeiros para investir e que, ao mesmo tempo, veem as políticas de segurança alimentar como prioridade, (como os do Extremo Oriente e do Oriente Médio), devem ser o foco de atuação do ministério.

“Vamos apresentar as vantagens competitivas do Brasil, como a nossa liderança mundial em tecnologia tropical e a tradição do nosso empreendedorismo no campo. Contamos ainda com uma economia pujante e arcabouços legal e institucional sólidos”, informa o assessor para Investimento Estrangeiro do Mapa, Maurício Fleury Curado.

Neste ano, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio participou da primeira Missão de Investimentos promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). No período de 28 de novembro a 6 de dezembro, foram visitadas as capitais de cinco países: Damasco (Síria), Kuwait (Kuwait), Doha (Catar), Riade (Arábia Saudita) e Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos).

A delegação do Mapa também manteve encontros com autoridades do governo de Omã. Esse outro país da Península Arábica demonstrou interesse em realizar investimentos nas cadeias produtivas, produção, processamento, distribuição, armazenagem, logística e infraestrutura. “Esses países dão muita importância à questão da segurança alimentar. Pretendemos ser o principal fornecedor de alimentos para eles”, informa Curado.

Durante a missão, empresas, associações e cooperativas selecionadas pelo Ministério da Agricultura apresentaram planos de investimento que poderão ter aporte externo. Entre eles, encontram-se projetos para aquisição e beneficiamento de terras para produção, empresas para produção de leite em pó, criação e processamento de frangos, além de empreendimentos para armazenamento e comercialização de grãos e outros produtos de exportação.

“Os empresários ficaram impressionados com o dinamismo do agronegócio brasileiro. Somos destaque em produtividade. Enquanto, por exemplo, nossa produção de grãos aumenta, em média, 5% ao ano, a área cultivada amplia-se em apenas 1%”, enfatiza Curado. Em 2011, as empresas que participaram dessa primeira missão de investimentos continuarão em contato com os potenciais investidores estrangeiros para verificar a possibilidade de parcerias.

Segundo Curado, há um real desafio em garantir alimentos para todos, pois em função do crescimento populacional e da renda per capita no mundo, há uma tendência global de aumento da demanda por produtos ricos em proteína, como a carne, mas que requerem maior produção de grãos. “Somos os maiores exportadores das carnes bovina e de frango do mundo. Além disso, o Brasil é um dos poucos países em que a fronteira agrícola ainda não se esgotou”, explica.

#### Exportações

Em 2009, as exportações brasileiras para a Arábia Saudita renderam US\$ 1,5 bilhão. Os produtos mais vendidos foram carne de frango (US\$ 740 milhões), açúcar (US\$ 340 milhões) e milho (US\$ 100 milhões). Para os Emirados Árabes Unidos, as vendas alcançaram US\$ 1,1 bilhão, com o Kuwait, US\$ 340 milhões, Síria, US\$ 277 milhões e Catar, US\$ 95 milhões.

Em 2011, o Brasil pretende diversificar ainda mais sua pauta de exportações, ampliando a oferta de produtos exportáveis. Setores pouco explorados, como mel ou produtos do reflorestamento, deverão receber maior atenção. *(Kelly Beltrão)*

### **Áreas rurais concentram 75% da pobreza mundial** – Sítio Eletrônico do MST – 16/12/2010

Por todo o mundo, camponeses estão sendo apanhados em um círculo vicioso: os governos não investem o suficiente na agricultura e os produtores locais estão sendo expulsos de suas terras e lançados em periferias urbanas onde se afundam ainda mais na pobreza.

Isso só dificulta os esforços para aliviar o problema da desnutrição: em todo o mundo, 925 milhões de pessoas seguem sofrendo fome crônica, segundo dados divulgados em setembro pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Olivier de Schutter, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre direito à alimentação, assinalou que a solução mais sustentável é incrementar os investimentos agrícolas nos países em desenvolvimento do Sul para melhorar a renda dos camponeses e dar-lhes uma maior estabilidade no setor.

De Schutter, que trabalha de forma independente, foi designado em maio de 2008 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, com sede em Genebra. Desde então, visitou a Nicarágua, Guatemala, Brasil, Benin e Síria. Segue a entrevista que ele concedeu a IPS:

#### **Qual a importância da agricultura nas economias dos países em desenvolvimento?**

Vários países em desenvolvimento dependem demasiadamente de um punhado de matérias primas, como o algodão, o café, o tabaco e o açúcar. Isso os torna muito vulneráveis a mudanças dos preços desses produtos e também significa que têm uma tendência a investir muito nestes cultivos para sua exportação e menos para o consumo local. Esse é o caso de quase todos os países da África Subsaariana.

Neste contexto, eu estou sugerindo a esses países que façam duas coisas: primeiro, investir na agricultura para produzir alimentos internamente e, assim, tornar-se menos vulnerável no futuro aos aumentos de preços no mercado de alimentos, uma medida fundamental para a sua segurança alimentar.

Segundo, que diversifiquem suas economias para ter um setor secundário (a indústria) e outro terciário (os serviços) que possam absorver a mão de obra excedente e diminuir a dependência de um pacote limitado de cultivos de exportação como fonte de renda.

## **Uma maior produtividade agrícola impulsionaria as economias de alguns dos países mais pobres na África e Ásia?**

Os investimentos na produtividade agrícola podem ser fundamentais se beneficiarem os camponeses, que são os mais pobres. Cerca de 75% da pobreza mundial está concentrada em áreas rurais. Melhorar a renda dessas pessoas fará com que comprem mais de produtores e provedores de serviços locais, com um importante efeito multiplicador nas economias, beneficiando também os setores da indústria e de serviços em seus respectivos países.

### **Que tipo de investimento está recomendando?**

São necessários investimentos públicos e privados. Os países simplesmente não tem o orçamento necessário, muitos carecem de recursos. Certos investimentos provavelmente devem ser feitos pelo Estado, já que não existem incentivos ou são débeis para o setor privado. Por exemplo, os estados deveriam desenvolver serviços de extensão rural, infraestrutura e pesquisa agrícola. Deveriam criar escolas agrárias e apoiar organizações e cooperativas de camponeses.

Os investimentos do setor privado também são importantes e podem complementar os do setor público. Mas não devem tomar a forma de aquisições ou de compra de terra em grande escala, pois isso pode causar enormes perturbações sociais e políticas, constituindo um retrocesso nos esforços para melhorar o acesso a terras por parte dos pobres que, em geral, já tem pouco para cultivar. Então, qual é a alternativa? Creio que certas formas de contratos agrícolas podem garantir importantes benefícios para os camponeses, possibilitando que sejam apoiados por investimento e garantam o acesso à terra.

### **De quanto exatamente necessita a agricultura e quanto está sendo investido hoje? Qual é o déficit?**

Estima-se que, para relançar a agricultura na África Subsaariana e cobrir 30 anos de esquecimento, são necessários entre 35 e 45 bilhões de dólares anuais durante um período de cinco anos (2010-2015). Isso é mais do que se prometeu até agora e, de fato, pouco dinheiro foi prometido para essa finalidade.

### **Quais são algumas das soluções para esta falta de responsabilidade?**

A participação dos parlamentos nacionais e de organizações da sociedade civil, incluindo grupos de camponeses, pode ser muito importante para garantir que os governos tomem decisões bem informadas na base de uma adequada compreensão sobre o que os pobres necessitam. Eu recomendo a adoção de estratégias que sejam desenvolvidas em marcos participativos, por meio dos quais os governos estabeleçam pontos de referência para eles mesmos dentro de um prazo determinado e atribuam

responsabilidades em diversos departamentos para a adição das medidas necessárias para atingir tais metas. Isso aumenta a responsabilidade do governo, já que terá que justificar a ausência de ações e explicar por que não cumpriu as metas que fixou para si mesmo.

### **O alimento pode ser usado como arma de guerra?**

Pode sim. Interromper o transporte de ajuda alimentar a zonas afetadas pela guerra sob o pretexto de que a ajuda poderia terminar em mãos de guerrilheiros, matar de fome uma população para castigá-la por ser hostil ao governo central ou destruir cultivos para privar as pessoas de alimentos são graves violações aos direitos humanos. Em alguns casos podem constituir crimes de guerra ou contra a humanidade. No entanto, o mais frequente é o uso de alimentos como ferramenta política, para recompensar partidários e castigar adversários.

*(Tradução: Katarina Peixoto/Carta Maior)*

### **Quanto custa acabar com a pobreza? - ANDREA GOUVÊA VIEIRA – O Globo – Opinião – 17/12/2010**

Sempre me intrigou o fato de o cadastro do Bolsa Família nunca ter sido usado pela Prefeitura carioca como bússola para os investimentos sociais. Sabemos onde moram e como vivem cerca de 265 mil famílias pobres, das quais 160 mil recebem mensalmente o auxílio federal.

Falamos de um milhão e cem mil pessoas — cerca de 17% da população carioca, sobre as quais temos informações preciosas, mas desprezadas na formulação das políticas públicas.

Além do endereço de cada família, há outros dados relevantes: 93% das famílias são chefiadas por mulheres; metade da população pobre tem entre 0 e 18 anos e apenas 2% têm mais de 65 anos; 85% moram em casas; 57% das famílias são proprietárias de imóvel, 13% pagam aluguel e 20% moram de favor; 95% das casas são de tijolo/alvenaria, sendo que 71% têm relógio próprio de luz; 58% recebem água filtrada, 19% usam água fervida e 16% não têm água tratada; o escoamento sanitário chega através da rede pública a 93% das famílias.

Em seis anos como vereadora e mais de 200 audiências públicas dissecando o orçamento da cidade, continuo assistindo a bilhões de reais sendo gastos sem qualquer vinculação ao cadastro ou outro diagnóstico socioeconômico e regional.

Perdeu-se, assim, a oportunidade de vincular os benefícios do Bolsa Família aos programas mais estruturantes de Habitação, Saúde, Trabalho, Educação e Assistência Social.

O Cartão Família Carioca, lançado agora pelo prefeito Eduardo Paes, é a primeira oportunidade de dar visibilidade a essas famílias e acompanhá-las na superação das dificuldades. O programa vai complementar com R\$130 milhões anuais a renda de 98 mil famílias que já recebem o Bolsa Família. A novidade é que parte desses recursos estará condicionada ao cumprimento de metas na Educação, como frequência às aulas,



presença dos responsáveis nas reuniões da escola, e bônus pela melhoria nas notas de português, matemática ou ciências.

Um retorno ampliado às origens do Bolsa Escola — programa do governo Fernando Henrique Cardoso. Com a sinalização positiva da Prefeitura, acrescentei uma segunda âncora ao Cartão Família Carioca, exigindo o cadastramento do beneficiário na Clínica de Família. Há dois anos seria impossível a exigência, porque a cobertura da saúde preventiva era de apenas 3% da população. As unidades implantadas ou em andamento, em áreas como as zonas Oeste e Norte, onde vive a maioria das famílias cadastradas, vão garantir exames preventivos, planejamento familiar, controle de doenças crônicas, vacinação.

Impossível quantificar tais ganhos!

Falta agora tornar o cadastro visível aos programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, vincular a construção de creches e horário integral prioritariamente nas escolas próximas às residências destas famílias, incluí-las nas dezenas de cursos de qualificação profissional e educacional, facilitar o acesso ao transporte público, além de vincular as ações complementares de assistência social ao grupo beneficiado. Não adianta apenas inscrever e dar mesada. O apoio a essas famílias implica em esforço diário para ajudá-las a desatar os nós da pobreza. Da incapacidade de planejar a vida além de 24 horas à burocracia de papéis e documentos necessários para comprovar a própria existência, tudo conspira contra a superação e a favor do status quo.

Até agora, o precioso cadastro do Bolsa Família era visível apenas aos caixas eletrônicos da Caixa Econômica Federal.

Mas, aos olhos do gestor público, permanecia invisível. Os R\$130 milhões que o contribuinte carioca vai transferir por ano às famílias pobres representam a arrecadação anual com a recente Taxa de Iluminação Pública. Somados aos R\$120 milhões anuais do Bolsa Família Federal, em 2011, estaremos transferindo dinheiro cash no montante de R\$250 milhões.

Em sete anos foram R\$700 milhões apenas do Bolsa Família.

No entanto, nada disso foi suficiente para reduzir a desigualdade carioca. Na contramão do resto do país, em que a pobreza caiu em 12%, nos últimos 12 anos, por aqui, subiu 45%. O Cartão Família Carioca foi elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, que fará também a avaliação do resultado. Vamos acompanhar.

ANDREA GOUVÊA VIEIRA é vereadora (PSDB-RJ).

[oglobo.com.br/opiniao](http://oglobo.com.br/opiniao)

**Amazônia vai gerar 30% da hidroenergia** - Josette Goulart – Valor Econômico –  
Capa – 20/12/2010

### **De São Paulo**

O mapa da geração hidrelétrica do país vai mudar completamente nos próximos anos com as licitações realizadas durante o governo Lula. Mesmo sob protestos ambientais, a Amazônia passará a ser responsável por quase um terço da capacidade de geração hidrelétrica do país. Serão aplicados R\$ 60 bilhões na região para a construção e instalação de sete usinas, entre elas os megaprojetos do Madeira, Belo Monte e Teles

Pires. Hoje a região produz 10 mil MW por meio de seus rios e vai superar os 30 mil MW com os novos projetos. A grandiosidade dos números também vai se refletir no ranking dos grandes geradores. A Neoenergia, que liderou o consórcio vencedor do leilão de Teles Pires, na sexta-feira, será a segunda maior atrás da GDF Suez. O grupo franco belga sequer deu lances no leilão de sexta-feira, deixando a Eletronorte fora da disputa. Página B10

### **Pobreza mantém Amazônia distante do país - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010**

Desenvolvimento Desmatamento cai, mas região continua com graves problemas de saúde e saneamento básico

Se a boa notícia da Amazônia é que o desmatamento nunca foi tão baixo na história deste país, a má notícia é que os indicadores sociais mostram uma região com problemas crônicos e preocupantes.

Apesar de alguma melhora, a Amazônia está distante do Brasil em relação à pobreza, às doenças, ao saneamento básico e à saúde materna. Colocando foco em alguns desses parâmetros, os brasileiros que vivem em nove Estados da floresta parecem fazer parte de outro país.

A pobreza, por exemplo, afetava 42% da população amazônica em 2009. A média brasileira naquele ano era de 29%. Segundo dados do mais recente Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 24 milhões de pessoas moram na Amazônia e 80% estão nas cidades. O crescimento da população da região nos últimos 20 anos foi de 41% (a média brasileira bateu em 31%), e a migração tem papel importante nesse número. Em 2009, mais de 10 milhões de pessoas viviam com menos de meio salário mínimo por mês.

Paradoxalmente, na região que mais tem recursos hídricos no mundo, o acesso à água potável e o saneamento básico são serviços precários. Em 2009, 34% da população amazônica não tinha água encanada. A metade não possuía coleta de esgoto adequada – ou seja, ligada à rede ou com fossa séptica. Não há dados disponíveis sobre tratamento do esgoto. O que se sabe é que, há dois anos, 81% dos municípios amazônicos não tinham nenhuma rede de coleta de esgoto.

Estes dados foram recolhidos, analisados e agora estão sendo divulgados em um ambicioso raio-X da região, feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), um dos mais respeitados centros de pesquisa da floresta, com sede em Belém. Em “A Amazônia e os Objetivos do Milênio 2010”, pesquisadores examinaram a evolução das metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015, colocando foco na situação dos nove Estados da Amazônia Legal em saúde, educação, renda e condições de vida. Observaram a performance de 25 indicadores, cruzando dados do IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos ministérios da Saúde e do Trabalho, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto Socioambiental (ISA), para citar algumas das fontes.

A intenção do trabalho era mapear como a Amazônia está em relação aos Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela ONU em 2000, e que têm como meta, por exemplo, reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população em extrema pobreza, reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna no período ou chegar a 2015 tendo estabilizado a incidência de malária e de outras doenças graves.

A conclusão é que, embora tenham sido registrados progressos na maioria dos indicadores analisados de 1990 a 2009, a melhora é tímida e está muito abaixo da média nacional. “Fizemos um retrato social da Amazônia olhando para 2015”, diz Adalberto Veríssimo, pesquisador-sênior do Imazon e um dos autores do trabalho. “O que vimos é que a Amazônia ainda é pobre, com taxas de violência e doenças muito graves e precariedade em serviços básicos”, continua.

Embora em educação, renda e saúde tenham sido verificados avanços de 1990 a 2009, o quadro é de grandes deficiências. “Os indicadores sociais ainda são vergonhosos, o Brasil não pode aceitá-los”, prossegue Veríssimo.

“Um país com economia emergente não pode ter indicadores desses em uma região tão estratégica como a Amazônia.” Os pesquisadores apontam, no entanto, sinais positivos verificados nas últimas duas décadas.

Também na Amazônia registrou-se um sensível aumento no acesso à educação (com igualdade entre homens e mulheres) e redução da mortalidade infantil, embora neste tópico os pesquisadores desconfiem de sub-registros nas estatísticas oficiais.

O estudo mostra que existiu um forte aumento na taxa de frequência escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos do ensino fundamental. Era 71% em 1991 e subiu para 90% em 2009, algo muito parecido ao do resto do Brasil. O caso de adolescentes cursando ensino médio é espantoso: passou de 9% em 1991 para 47% em 2009. O desafio na floresta é o mesmo do Brasil: melhorar a qualidade do ensino. Na Amazônia, as discrepâncias entre a escolaridade da população rural e urbana são muito agudas. Segundo o IBGE, a população rural da região apresentava taxa de analfabetismo 2,5 vezes superior às áreas urbanas.

Na redução da pobreza também houve ganhos. Entre 1990 e 2009, a pobreza extrema (gente que vive com menos de um quarto do salário mínimo) diminuiu de 23% para 17% na região. No mesmo período, ocorreu uma redução de 20% para 11% na pobreza extrema no Brasil. No fim de 2008, 1,9 milhão de famílias na Amazônia se beneficiaram com o Bolsa Família – ou seja, 18% de todos os inscritos no país.

O maior trunfo da região é sabido e festejado — a queda histórica nos índices de desmatamento — e o vigoroso aumento no número de áreas protegidas. Mas agora, a presidente eleita, Dilma Rousseff, e os novos governadores da região têm pela frente o desafio de manter esse cenário sob controle e cumprir os compromissos de reduzir as emissões de gases-estufa causadas pelo desmatamento.

“O relatório mostra que, em quase todos os indicadores, a Amazônia está na lanterninha do Brasil”, diz Veríssimo. “Es se é o legado da economia do desmatamento, que, felizmente, está sendo jogada no lixo.” O lado B do contexto amazônico está além da floresta e da biodiversidade.

“A região está avançando, tem grandes projetos econômicos, recebe muitos migrantes, mas a riqueza gerada aqui não está sendo revertida em capita social”, argumenta a engenheira florestal Danielle Celentano, outra autora do trabalho e consultora do Imazon. “Aqui, o que se verifica são problemas realmente estruturais.” Danielle trabalhou em um relatório anterior do Imazon sobre o tema, de 2007, e lembra que a melhor notícia daquele estudo era a queda na mortalidade infantil.

Agora, de 1990 a 2009, o dado se repete e confirma a tendência anterior: a mortalidade de crianças até um ano caiu 52%, ou seja, passou de 51 para 25 óbitos para cada mil nascidos vivos. No Brasil, a taxa caiu de 45 para 23 no período.

A diarreia aguda, que poderia ser facilmente evitada e tratada, foi responsável por 6% das mortes de crianças até cinco anos na Amazônia em 2006. Mas a drástica queda na mortalidade infantil é, sem dúvida, o melhor resultado apontado pelo estudo, mesmo se há um alerta que esse dado pode estar distorcido pelo forte sub-registro.

Na outra ponta, um dos piores resultados que apareceram no trabalho do Imazon relaciona-se à saúde materna. Danielle lembra que, na Amazônia, verificam-se 70 mortes para cada 100 mil mulheres durante a gravidez, no parto ou no pós-parto. O mesmo dado para o Brasil é de 50 para 100 mil. Em países desenvolvidos, como o Canadá, é de 5 para 100 mil.

A gravidez na adolescência na região é a mais alta do Brasil.

Saúde é um dos temas mais complicados na Amazônia. Relatórios oficiais apontam que é no Norte onde a aids mais cresce no Brasil. A malária caiu de 1990 para cá, mas continua elevada: em 2009, registraram-se mais de 306 mil casos novos na região. A taxa de incidência de tuberculose caiu 47%, e a de leishmaniose se manteve estável, o que são pontos positivos, mas a dengue disparou.

Um recorde negativo é o de hanseníase.

O Brasil é líder mundial na doença. Em 2007, foram 41 mil casos novos no Brasil, 40% registrados na Amazônia. Pará e Maranhão são os líderes nesta infeliz estatística.

“Controlar a hanseníase não está entre os objetivos do milênio, mas, como é um dado muito gritante, resolvemos dar destaque”, diz Daniel Santos, engenheiro ambiental do Imazon e também autor do estudo. Em 2007, havia menos de um médico para cada mil habitantes na Amazônia. A média brasileira é de dois médicos para cada mil pessoas.

Os pesquisadores do Imazon adicionaram ao trabalho um capítulo sobre paz. “Na Amazônia, o avanço da fronteira do desmatamento é um processo violento”, diz o texto. Os conflitos pela terra e pelos recursos naturais, os assassinatos rurais e a alta violência urbana, além dos constantes registros de condições de trabalho próximas à da escravidão, fazem da região um caldeirão explosivo. Em 2008, foram 6.815 pessoas assassinadas na Amazônia, o que correspondeu a 14% dos homicídios do país.

O relatório aponta uma estatística sombria: 35% das cidades na região têm taxa de homicídios superior à do Rio de Janeiro. “Tentamos mostrar o que precisa melhorar

aqui, com rapidez. Esperamos que o estudo sirva de base para políticas públicas”, diz Santos.

**Apesar de saúde muito precária, população indígena cresce** – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010

### **De São Paulo**

Depois de grandes períodos de redução ou ameaça de extinção, a população indígena no Brasil tem crescido nas últimas décadas a uma média de 3,5% ao ano. As razões são desconhecidas. Uma das possibilidades, segundo os antropólogos, pode ser a melhoria nas condições de vida com o aumento no número de vacinações e maior segurança territorial. Como a Amazônia concentra a maioria das terras indígenas do país, e abriga 173 povos que totalizam cerca de 250 mil pessoas, essa é a boa notícia do relatório do Imazon. A má notícia é que persiste uma grande crise na saúde indígena.

A mortalidade infantil é um indicador crítico entre essas populações, indica o capítulo elaborado pelo antropólogo Leandro Mahalem de Lima, do programa de monitoramento de áreas protegidas do Instituto Socioambiental (ISA), a ONG mais conhecida do país no trabalho com os povos indígenas.

“Os dados de mortalidade infantil mostram índices que praticamente são o dobro da média nacional”, diz ele. Enquanto o Brasil registra uma queda expressiva na mortalidade de crianças de menos de um ano, entre os índios a taxa continua alta. Entre 2005 e 2007, morriam 50 a cada mil nascidos vivos ao ano. Crianças indígenas de até cinco anos têm risco de morrer até quatro vezes maior que os outros brasileiros. Desnutrição, pneumonia e desidratação estão entre as principais causas de doenças.

“O acesso dos povos indígenas aos serviços básicos de saúde é precário na Amazônia, devido às distâncias geográficas e ao descaso no atendimento”, escreve Mahalem. Malária, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis têm alta incidência.

Quanto à educação escolar indígena diferenciada, garantida pela Constituição, tem havido avanços. Entre 1999 e 2007, ocorreu uma expansão na rede de escolas indígenas e crescimento de quase 50% na matrícula de estudantes.

O número de escolas indígenas com material próprio também cresceu, o que é um dado importante para avaliar se as escolas têm dado valor às línguas e conhecimentos tradicionais.

Mas só 5% das escolas tinham computador e menos de 1% estava conectada à internet.

“Outro dado que salta aos olhos é o mosaico de novas obras de infraestrutura para a região e que incide diretamente sobre áreas ocupadas por populações indígenas”, registra o antropólogo. “Sem planejamento específico e participação da sociedade civil, os danos para a região e para esses povos podem ser dramáticos.” (DC)

## **Crédito ao BNDES custa R\$21 bi ao País – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia – 21/12/2010**

Os contribuintes brasileiros vão gastar quase R\$ 21 bilhões ao ano com os subsídios embutidos nos empréstimos do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O valor já é 38% maior que os R\$ 13 bilhões destinados ao Bolsa-Família em 2009. O cálculo foi feito pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Mansueto Almeida.

Dados do Banco Central mostram que o BNDES recebeu R\$ 236 bilhões em repasses do Tesouro entre 2008 e 2010 para combater a crise e financiar os investimentos. Somados aos R\$ 60 bilhões que podem ser repassados em 2011 (o valor ainda não foi divulgado, mas fontes informam que esse é o montante solicitado pelo banco), os recursos chegariam a R\$ 296 bilhões.

Esses empréstimos embutem um subsídio para as operações do BNDES, porque o Tesouro consegue esse dinheiro no mercado pagando juros entre 10,75% (Selic) e 12,5% (NTN-F, título prefixado de longo prazo), mas empresta ao BNDES cobrando 6% (TJLP, taxa de juro de longo prazo). O diferencial entre os juros são os subsídios.

O levantamento feito pelo economista do Ipea mostra que os subsídios variam entre R\$ 11,6 bilhões (se o dinheiro for captado pelo Tesouro pagando Selic) e R\$ 15,9 bilhões (se o Tesouro emitir título de longo prazo).

Também foi incluído no cálculo os R\$ 5 bilhões de custo do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que financia a compra de máquinas. Portanto, os subsídios totais variam entre R\$ 16,6 bilhões e R\$ 20,8 bilhões.

Descasamento. “Se o Tesouro fosse uma empresa, acionistas e credores estariam olhando com atenção esse descasamento entre os juros pagos e recebidos”, disse Márcio Garcia, professor da PUC do Rio. O cálculo descrito acima é dos subsídios anuais, com base nas taxas de juros em vigor hoje. Para calcular o custo total ao longo de 40 anos, seria necessário estimar a evolução da Selic e da TJLP. Como as taxas tendem a convergir, o custo diminui ao longo do tempo.

O governo federal nunca divulgou oficialmente o montante de subsídios do Tesouro para o BNDES.

Em agosto, convocou uma coletiva de imprensa para falar do assunto, mas informou só os benefícios dos empréstimos para a economia. Pelos cálculos, os ganhos são de R\$ 79 bilhões, divididos entre o lucro gerado pelo BNDES e o aumento indireto da arrecadação tributária.

Segundo a assessoria de imprensa do BNDES, os benefícios são mais facilmente mensuráveis porque estão concentrados no curto prazo, enquanto os custos incidem ao longo dos anos e não houve consenso sobre a convergência entre TJLP e Selic.

Durante a coletiva de imprensa em agosto, uma apresentação acessível no site do banco por algumas horas apontava os custos em R\$ 30 bilhões, mas o arquivo não é considerado oficial e foi retirado do ar.

A relatora do Orçamento da União de 2011, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), apresentou ontem a versão do texto a ser votada pelo Congresso até quarta-feira, numa tentativa de evitar que a presidente eleita, Dilma Rousseff, comece seu governo sem lei orçamentária. Na proposta, Serys cria uma reserva de R\$ 1 bilhão para um eventual aumento de gastos com o programa Bolsa Família. Isso permite ao governo elevar em 2011 o valor do benefício ou aumentar o número de atendidos pelo programa -medidas condicionadas, porém, à confirmação da arrecadação esperada.

"Se o governo quiser, terá a possibilidade de acertar a questão do Bolsa Família. Mas vai depender da presidente Dilma melhorar o valor do programa", disse o deputado Gilmar Machado (PT-MG), integrante da comissão de Orçamento. Se o projeto não for votado antes do recesso, o governo começará o ano sem poder iniciar novas obras e ações criadas pelo texto. Mesmo sem Orçamento aprovado, o Executivo tem autorização legal para dar continuidade aos gastos obrigatórios, como pagamento de salários e aposentadorias, além de fazer investimentos programados e não executados anteriormente.

### **Hora de o Bolsa Família evoluir** – O Globo – Opinião – 29/12/2010

Cerca de 11,2 milhões de brasileiros (equivalente a 5,8% da população em 2009) estavam em situação de insegurança alimentar, segundo a última pesquisa do IBGE. Insegurança alimentar significa, no jargão técnico, que esses brasileiros não sabem ao certo se conseguirão comer todos os dias, por lhes faltar dinheiro no bolso para a compra de alimentos em quantidade e qualidade que necessitam para se nutrir adequadamente.

O número de brasileiros nessa condição deprimente é elevado — iguala-se, por exemplo, ao número de habitantes da maior cidade brasileira, São Paulo — mas, felizmente, vem declinando ao longo do tempo. O crescimento da economia,

com geração de empregos e renda, sem dúvida tem contribuído para essa melhora. A oferta de alimentos a preços razoáveis nos últimos anos, idem, embora nesse momento a inflação esteja concentrada exatamente no item alimentação. Esperase que seja um fenômeno passageiro, que possa ser superado a curtíssimo prazo, pois prejudica os esforços para se reduzir o problema da insegurança alimentar e a pobreza, de forma geral. Técnicos do IBGE atribuem também ao programa Bolsa Família a trajetória de declínio, da insegurança alimentar no país. O programa abrange atualmente 12,3 milhões de famílias, porém, pelo que revelaram as estatísticas do IBGE, não bastou para erradicar a fome.

No governo Dilma Rousseff será preciso reorientar mais o programa para o atendimento desses brasileiros que vivem sob a ameaça diária da fome. Para tal, será necessário criar de forma efetiva “portas de saída” para beneficiários e canalizar recursos do programa aos mais necessitados. Parte dos R\$13 bilhões sorvidos por ano pelo Bolsa Família pode acabar com os últimos focos de fome no Brasil.

O aumento do nível de renda de famílias que hoje recebem o auxílio governamental ocorrerá mais rapidamente se seus componentes adultos forem habilitados a aproveitar as oportunidades que têm surgido na vida profissional. Seja no setor de serviços ou na construção civil, as oportunidades no mercado de trabalho vêm se multiplicando até para pessoas com baixa instrução. No entanto, mesmo para os que têm pouca escolaridade, algum tipo de qualificação se tornou essencial.

Com o Bolsa Família sabem-se nome e endereço daqueles que são potenciais candidatos a essas oportunidades. Desse modo, o programa deveria evoluir para as chamadas “portas de saída”, o que permitirá, simultaneamente, uma ação mais concentrada em direção aos brasileiros que permanecem na situação de insegurança alimentar, fazendo com que a parcela puramente assistencialista do Bolsa Família diminua progressivamente.

É uma questão complexa, pois vários fatores podem contribuir para a incapacidade ao trabalho e, em consequência, para a insuficiência da renda das famílias. Entre esses fatores, questões de saúde, como doenças físicas e mentais que possam levar a um ambiente de desagregação a ponto de a família perder o benefício por falta de cumprimento dos requisitos do programa (matrícula e assiduidade dos filhos na escola, vacinação, etc.). Ou a gravidez precoce. É um quadro que se constata no Complexo do Alemão, para citar um exemplo muito marcante. Mas nenhum desses problemas é insolúvel. Já se percorreu longo caminho, desde a redemocratização, em 85, no combate à pobreza. Falta mais este passo.

### **Bolsa Família atinge 100% das famílias com direito ao benefício – Sítio Eletrônico do MDS - 30/12/2010**

Pelos dados do Censo de 2000, famílias pobres somariam 12,9 milhões, número que será beneficiado pelo programa de transferência de renda em janeiro

O Bolsa Família será entregue ao próximo governo com o Cadastro Único renovado e beneficiando 100% das famílias que têm direito a receber entre R\$ 22 e R\$ 200 por mês. Este é o balanço que a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, faz do principal programa de transferência condicionada de renda do Governo Federal, que atende hoje 12,8 milhões de famílias.

Em janeiro de 2011, o Bolsa Família atingirá a meta de atender 100% das famílias pobres e extremamente pobres, estimadas pelo IBGE (Censo de 2000) – 12,9 milhões de famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 140. A partir da divulgação dos dados do Censo 2010, será possível avaliar se haverá ou não necessidade de inclusão de mais beneficiários.

Foram muitos os avanços desde a criação do Bolsa Família em outubro de 2003. O programa passou de 3,6 milhões de famílias atendidas – e orçamento de R\$ 3,4 bilhões – para 12,8 milhões de famílias (dezembro de 2010) e recursos de R\$ 13,4 bilhões.



Esses investimentos permitiram mudanças significativas nos indicadores sociais brasileiros. A mortalidade infantil, por exemplo, caiu 58% e os índices educacionais dos adultos que recebem o benefício melhoraram: a proporção de analfabetos reduziu de 17% para 13% entre 2007 e 2009.

Em média, o Bolsa Família aumenta em 48,74% a renda das famílias beneficiadas. Entre 2003 e 2008, 24,1 milhões de pessoas saíram da pobreza – renda de até meio salário mínimo –, segundo a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD). No mesmo período, a extrema pobreza (renda abaixo de 1,25 dólar por dia) caiu de 12% (36,2 milhões de pessoas) em 2003 para 4,8% (8,9 milhões de pessoas) em 2008.

Para chegar a essas conquistas, o aperfeiçoamento do programa é constante. A ministra Márcia Lopes explica que o Cadastro Único – que tem o registro de 20 milhões de famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa – evoluiu muito desde sua criação. “A decisão do presidente Lula de unificar quatro programas de transferência de renda exigiu o aprimoramento do Cadastro Único, para que seja um instrumento de gestão eficiente. Tiramos milhões de famílias da invisibilidade”, afirmou a ministra.

Segundo Márcia Lopes, o novo Cadastro Único, que está sendo entregue ao governo da presidente Dilma Rousseff, está renovado e mais qualificado. Ele possibilita, por exemplo, identificar em detalhes comunidades indígenas, quilombolas, moradores de rua e pessoas com deficiência. “Hoje o cadastro é uma grande fotografia do Brasil, para ajudar prefeitos, governadores e todo o Governo Federal com informações vigorosas para um bom planejamento das políticas sociais”, reforçou. A ministra explicou que os novos formulários foram testados em seis municípios e, a partir de fevereiro, serão usados por mais mil prefeituras, com expectativa de chegar a todas do País até o fim de 2011.

Pagamento de dezembro – O MDS conclui o pagamento do benefício referente a dezembro nesta sexta-feira, transferindo R\$ 1,2 bilhão a 12,7 milhões de famílias. Desde o início do programa, os beneficiários já receberam R\$ 63 bilhões. Esse montante movimenta a economia local, especialmente a de pequenos municípios.

#### Valores referentes ao pagamento de dezembro de 2010

UF	Família	Valor (R\$)
AC	59.779	94,00
AL	414.112	44,00
AM	278.893	22,00
AP		5.026.9

	44.096	17,00	
BA	1.662.069	11,00	166.063.3
CE	1.022.259	28,00	101.079.3
DF	98.552	31,00	7.661.9
ES	189.983	29,00	17.217.0
GO	326.084	06,00	29.513.1
MA	871.297	56,00	92.598.8
MG	1.135.715	67,00	102.259.0
MS	132.887	71,00	12.219.1
MT	167.693	99,00	15.269.6
PA	680.804	69,00	74.388.6
PB	450.525	66,00	44.781.0
PE	1.045.268	89,00	103.538.6
PI	420.392	12,00	42.119.1
PR	466.607	43,00	39.847.9

		64.206.3
RJ	685.301	33,00
RN	338.424	88,00
RO	114.112	48,00
RR	42.213	22,00
RS	453.761	20,00
SC	143.700	19,00
SE	230.418	05,00
SP	1.174.844	09,00
TO	128.432	82,00
Total geral	12.778.220	0,00
		1.239.042.08

Ano	Família as (Dezembro)	Valor Acum. (R\$)
2003	3.615.596	570.144.695,00
2004	6.571.842	3.791.787.498,00
2005	8.700.451	5.691.670.161,00

06	20	10.965.810	7.524.662.822,00
07	20	11.043.076	8.965.499.608,00
08	20	10.557.996	10.606.500.193,00
09	20	12.3 70.915	12.454.715.899,00
10	20	12.7 78.220	13.457.000.000,00
Total			63.061.980 .876,00

**MDS e BNDES acertam parceria para investimento em projetos de inclusão produtiva** – Sítio eletrônico do MDS – 31/12/2010

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) assinaram na última semana contrato com o governo do Acre para o financiamento de recursos não reembolsáveis destinados a projetos de inclusão produtiva.

Inicialmente, serão quatro Estados beneficiados, totalizando investimento de R\$ 36,5 milhões. No Acre, cerca de 6 mil famílias serão atendidas pelos projetos, com mais de R\$ 10 milhões no total. Em seguida, serão apoiados Ceará, Bahia e Alagoas.

Os projetos se focam nos beneficiários do Bolsa Família, em inscritos no Cadastro Único do MDS para Programas Sociais do Governo Federal, inclusive povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores e extrativistas, entre outros.

Desde 2008, o Ministério comprometeu R\$ 110 milhões em projetos de apoio à inclusão produtiva em oito Estados. Os convênios, com duração média de três anos, visam a geração de trabalho e renda. Os empreendimentos contarão com a preparação de indivíduos, famílias e grupos para sua implantação e operação, por meio de assistência técnica e financeira e cursos de qualificação.

Entre os empreendimentos, destacam-se cooperativas de catadores de materiais recicláveis; centrais de serviços (eletricistas, marceneiros, encanadores etc.) em áreas metropolitanas; e atividades integradas nas cadeias produtivas do açaí, da mandioca, da castanha, do sisal, da ovinocaprinocultura e na pesca artesanal.

No Acre, receberão financiamento não reembolsável projetos inseridos nas cadeias produtivas de mandioca, borracha natural, produtos não madeireiros, grãos, pescado, frutas, hortaliças e artesanato.

Acesse o boletim: [Acre recebe R\\$ 10 milhões para investir em projetos de inclusão produtiva](#)

*Fernanda*  
*Ascom/MDS*  
*(61)*  
[www.mds.gov.br/saladeimprensa](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa)

*Lattarulo*  
*3433-1070*

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



nead

Ministério do Desenvolvimento Agrário

